

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

ELAINE CHIMENES NUNES

**ESPACIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA
A MULHER EM JARDIM – MS (2009-2010)**

**JARDIM
2011**

ELAINE CHIMENES NUNES

**ESPACIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM
JARDIM – MS (2009-2010)**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Geografia na Universidade
Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária
de Jardim, como pré-requisito para obtenção do grau de
Licenciatura em Geografia.**

Orientadora: Prof.^a Msc. Gezeli Eberhard

**JARDIM
2011**

FICHA CATALOGRÁFICA

Nunes, E. C.

Espacialização da Violência Doméstica em Jardim – MS (2009-2010) / Elaine Chimenes Nunes – Jardim: [s.n.], 2011.

61 f.

TCC (Graduação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Orientadora: Prof^ª. Msc. Gezeli Eberhard

1. Violência, 2. Jardim, 3. Mulher, 4. Espacialização

É concedida a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul permissão para reproduzir cópias deste Trabalho de Conclusão de Curso, somente para fins acadêmicos científicos.

Elaine Chimenes Nunes

TERMO DE APROVAÇÃO

ELAINE CHIMENES NUNES

**ESPACIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM
JARDIM – MS (2009-2010)**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pela seguinte Banca Examinadora:

Orientadora: Prof^a. Msc. Gezeli Eberhard

Professora do Curso de Geografia, UEMS

Prof.^a Dra. Ana Maria Soares de Oliveira

Professora do Curso de Geografia, UEMS

Prof.^a Dra. Sandra Cristina de Souza

Professora do Curso de Geografia, UEMS

Jardim - MS, 08 de Dezembro de 2011

DEDICATÓRIA

À minha mãe

Por ser uma pessoa tão especial, compreensiva, amorosa, dedicada à família, prestativa e sempre acreditar em minha capacidade me incentivando e elogiando mesmo nos momentos mais críticos, não aceitando desânimo de minha parte nem desistência.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só se tornou concreto graças a colaboração de várias pessoas. Manifestamos aqui nossa gratidão a todas elas e de modo especial:

À minha orientadora, Profa. Gezeli Eberhard, por acreditar em minha idéia e estar sempre à minha disposição colocando-se pronta a tirar minhas dúvidas, chamando minha atenção quando necessário e incentivando quando do desânimo.

Ao meu esposo Nilton, por ser tão companheiro, carinhoso e sempre entender as longas horas que passava na frente do computador estudando e incentivando a nunca desistir.

À minha irmã Ana Paula, meu cunhado Dioni e meu afilhado Arthur por mesmo de longe sempre depositarem confiança e apoio nas horas difíceis.

Aos professores do Curso de Geografia pela valorosa contribuição nesses quatro anos.

À Caroline Romani pelas imensuráveis ajudas com trabalhos e manuseio com o computador.

Aos colegas do curso de Geografia pelos quatro anos juntos, não foi fácil, mas aprendemos uns com os outros.

Aos demais funcionários da Universidade por sempre estarem à disposição para qualquer eventualidade.

À Delegada Dra. Salete assim como a agente policial Lívia que se prontificaram a colaborar e muito educadamente estiveram à nossa disposição quando precisamos de informações complementares.

Ao Sr. Jorge, funcionário da SANESUL que muito prontamente colaborou com a confecção dos mapas.

Ao setor de vigilância epidemiológica na pessoa da Sra. Elenir X. Colman que em todos os momentos solicitados esteve à minha disposição com informações importantes.

EPÍGRAFE

“... E assim se fez mulher e envelheceu. Acreditava-se poderosa e sentia-se feliz. Tão poderosa que imaginava ter escolhido os caminhos antes de neles penetrar. Tão infeliz que, julgando-se poderosa, não sabia o que fazer de seu poder e via cada minuto perdido porque não o aproveitava para um fim...”

(Clarice Lispector, “Perto do coração selvagem”)

RESUMO

A violência doméstica perpassa por todas as classes sociais como reflexos de uma sociedade desigual, e por isso uma violência de gênero, onde o masculino tem sido predominante frente ao restante da sociedade que é feminina, aspectos resultantes de um modelo de sociedade patriarcal e por isso predominantemente machista. Que tem na exclusão social fatores como o acúmulo de pessoas em pequenos espaços, o desemprego, a desestruturação familiar, habitações inadequadas, falta de infra-estrutura, saneamento, saúde, educação que contribuem para uma sociedade excludente que suprime os direitos da sociedade, tais como o de liberdade.

O mapeamento dos casos da violência contra a mulher nos permitiu assim compreender, e ainda que de modo subjetivo, foi possível conhecer o perfil de vítimas e agressores. Deste modo, identificar parcialmente os espaços onde tal violência acontece com maior ou menor intensidade, bem como elencar os demais fatores comuns aos casos de Violência Doméstica registrados na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher do município de Jardim-MS.

Palavras Chave: Violência Doméstica, Jardim, Mulher, Espacialização.

ABSTRACT

Domestic violence permeates all social classes as reflections of an unequal society, and therefore a gender violence, where men have been dominant against the rest of society that is feminine aspects resulting from a patriarchal model of society and therefore predominantly macho. What is social exclusion factors such as the accumulation of people in small spaces, unemployment, family disintegration, inadequate housing, lack of infrastructure, sanitation, health, education which contribute to a labeler and individualistic society and therefore suppressing rights, such as freedom.

The mapping of cases of violence against women has allowed us thus to understand, and even from a subjective, knowing the profile of victims and aggressors. Thus, even if identified in a partial way the spaces where such violence occurs with varying intensity. Cast also other factors common to the cases of domestic violence recorded in the Specialized Police Assistance to Women in the city of Jardim-MS.

Keywords: Violence Domestic, Jardim, Woman, Espatialization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Rede de Atendimento às Mulheres no MS.	30
Figura 02: DEAM's e Coordenadorias da Mulher no MS.	31
Figura 03: Espacialização dos casos de Violência Doméstica em Jardim – MS de acordo com o Número de Ocorrências.	51

LISTA DE FOTOS

Foto 01: Fachada da DEAM de Jardim – MS.	36
Foto 02: Centro de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).	50

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Números da Violência em 2009/2010.	38
Gráfico 02: Uso de bebida alcoólicas e armas pelos agressores.....	42
Gráfico 03: Diferença de idade entre autor e vítima em anos.	43
Gráfico 04 e 05: Meses de maior incidência de casos em Jardim – MS.....	44

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 Distribuição da rede de atendimento à mulher vítima de violência em Jardim – MS.	35
---	----

LISTA DE QUADROS/TABELAS

Quadro 01: Especificação das Violências em Jardim – MS..... 40

Tabela 01: Profissão dos Autores e o Número de Casos correspondentes. 49

Tabela 02: Bairros relacionados ao número de crimes de acordo com os B. O's. 53

LISTA DE SIGLAS

B. O. – Boletim de Ocorrência.

CEPPM – Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres.

CIIP – Centro Internacional de Investigação e Informação para a Paz.

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

DDM – Delegacia de Defesa da Mulher.

DEAM – Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher.

DST – Doença Sexualmente Transmissível.

ESF – Estratégia de Saúde da Família.

FPA – Fundação Perseu Abramo.

HMR – Hospital Marechal Rondon.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

SINAN – Sistema de Informação de Agravos de notificação.

UBSNP – Unidade Básica de Saúde Nestor Pereira.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO I – A VIOLÊNCIA E OS SEUS DESDOBRAMENTOS CULTURAIS	19
1.1. O avanço no enfrentamento da Violência Doméstica – Reconhecimento de um Problema	21
1.2. O Ciclo da Violência Doméstica Contra a Mulher.....	24
CAPÍTULO II – CRIAÇÃO DA PRIMEIRA DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER (DDM) – ESTRUTURAS E ESPAÇOS PARA GARANTIR ACESSO A DIREITOS ...	26
2.1. O território do estado do Mato Grosso do Sul no contexto de enfrentamento político da Violência Doméstica	29
CAPÍTULO III - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER EM JARDIM – MS.....	33
3.1. Caracterizações das Ocorrências no Município de Jardim – MS	37
3.2. Espaço Geográfico – Espacializando a Violência Doméstica.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
ANEXOS	Erro! Indicador não definido.

INTRODUÇÃO

A violência é algo que está presente no cotidiano do homem desde que este começou a viver em grupos e se apresenta com diversas manifestações, pois faz parte do contexto decorrente de uma sociedade capitalista marcada entre outros fatores pela desigualdade social em diferentes espaços também desiguais.

A intensidade e a gravidade com que estes atos violentos vêm acontecendo no cotidiano da sociedade têm aterrorizado grande parte da população não só brasileira, uma vez que a violência não tem fronteiras e transforma os cidadãos em prisioneiros dentro de suas próprias casas.

Nesse sentido o presente trabalho aborda e discute questões relacionadas a violência de gênero no aspecto da violência doméstica, a qual acontece dentro de milhares de lares, causando transtornos à sociedade, fragilizando e vitimando famílias em diferentes contextos sociais. Nesse aspecto, cabe ressaltar, que a população feminina tem conquistado espaço e poder, que ao longo dos anos foram absorvidos conceitualmente enquanto contexto masculino. E na medida em que a mulher retoma sua participação no processo produtivo reconfigurando conceitos passa a enfrentar e ao mesmo tempo revelar sua situação num contexto social que se expressa a medida que vai deixando de ser submissa e dedicada ao namorado, esposo e pai. Deste modo enquanto ser social conquista posições de destaque no cenário político, econômico e financeiro.

E no atual contexto, a violência gênero presente na condição feminina, desperta interesse de entidades e políticos, transformando este assunto em domínio público criando condições e políticas públicas voltadas ao enfrentamento das problemáticas que envolvem o tema.

Mediante o exposto cabe destacar que o nosso objetivo é evidenciar a espacialização dos casos de violência doméstica no município de Jardim – MS nos anos de 2009/2010, considerando inclusive elementos como o uso de bebidas alcoólicas e armas e, assim, traçar e compreender o perfil dos envolvidos nessa dinâmica de violência. Para tanto, no Primeiro Capítulo discorreremos sobre a violência na escala espaço-temporal, como expressão espacial de conflitos sociais que atingem as mulheres de forma diferenciada.

Nesse sentido no Segundo Capítulo, tratamos de aspectos relacionados às políticas públicas e estruturas de enfrentamento para atender as vítimas de Violência Doméstica no

Brasil. Levamos em conta aspectos relativos à Criação de Delegacias Especializadas, bem como os avanços na esfera legislativa, que demonstram reconhecimento da problemática relacionada ao Gênero e assim a garantia de direitos humanos fazendo parte de discussões, estratégias e ações nas diferentes esferas de Poder Público: Federal e Estadual.

No Terceiro Capítulo, nos propomos a caracterizar nosso objeto de estudo “A Violência Doméstica no município de Jardim – MS”. Para tanto trabalhamos com dados levantados a partir da análise de 390 Boletins de Ocorrência registrados pela DEAM de Jardim-MS, nos de 2009 e 2010.

No decorrer do trabalho nos respaldamos em diferentes fontes bibliográficas, desta forma no levantamento teórico levamos em conta, teses, dissertações, material de campanhas de apoio desenvolvidas aplicadas em ações de combate e conscientização da sociedade. Bem como consulta de dados divulgados de sites de notícias e institutos nacionais, estaduais e municipais.

CAPÍTULO I – A VIOLÊNCIA E OS SEUS DESDOBRAMENTOS CULTURAIS

A violência faz parte do cotidiano do ser humano desde o momento em que este começou a se relacionar em grupo, pois cada indivíduo ou cultura expressa uma forma de pensar ou agir gerando confrontos e embates às vezes ideológicos, que podem inclusive se manifestar fisicamente onde as diferenças étnicas, sociais e culturais contribuem para a aproximação dos semelhantes.

De acordo com Durkheim (1978), o indivíduo só se organiza em sociedade ao estabelecer certas solidariedades sociais, quando este se identifica através da família, da tradição, dos costumes ou através da divisão do trabalho social, pois na ausência de regras para se estabelecer uma convivência pacífica, as relações de interdependência entre os indivíduos seriam desastrosas. Um exemplo seriam os direitos e deveres de cada indivíduo em sociedade, pois o direito de um termina onde começa o direito do outro. Esta diferença entre indivíduos são muito importantes, pois se complementam como partes vitais de um todo.

Nas sociedades contemporâneas a violência possui causas diversas, no entanto as maiores causas geradoras de tais conflitos são as desigualdades sociais, as quais essas sociedades são submetidas em decorrência do uso do território de forma diferenciada, que resulta num processo de divisão da sociedade em classes sociais distintas. Este é um processo resultante das sociedades capitalistas onde essas contradições são inerentes à lógica capitalista, na qual a renda é apropriada de forma desigual, gerando concentração de riqueza e, conseqüentemente desigualdade. Tal fato é visto como um processo normal sem relação com o convívio em sociedade, no entanto estas desigualdades são adquiridas socialmente. Essas contradições são inerentes à lógica capitalista, na qual a renda é apropriada de forma desigual, gerando concentração de riqueza e, conseqüentemente desigualdade. A divisão em classes sociais configura tal desigualdade, pois insere o indivíduo no contexto social a que pertence, colocando os donos dos meios de produção como detentores de poder e os trabalhadores para executá-los. Tais desigualdades não se expressam apenas economicamente, aparecem nos diversos campos da organização social, configurando diferentes acessos a moradia, educação, alimentação, saúde e etc.

Segundo Melgaço (2005, p. 101),

Definir violência pode ser uma árdua tarefa, uma vez que pode ser histórica e geograficamente desenhada, pois no decorrer dos tempos as atitudes ou àquilo que se considera normal em uma época pode não ser entendido da mesma forma em épocas diferentes; isso é reflexo de hábitos culturais.

O que pode ser caracterizado como ato de violência ou repressão para um povo devido as suas tradições pode não ser visto da mesma forma por outro¹. Em países muçulmanos a poligamia ainda persiste e é aprovada pelo Alcorão², no entanto tem caído em desuso nos dias atuais.

De acordo com Santana (2004), a violência é um fenômeno complexo que apresenta diversas definições envolvendo causas múltiplas. Esta multiplicidade é resultado do fato de que existem inúmeros fatores necessários para que a violência se expresse, um deles é que a pobreza favorece o desenvolvimento da violência em determinados espaços onde as desigualdades sociais aparecem de forma mais acentuada. Não queremos com isto classificar a pobreza como geradora de violência, mas em determinados casos a pobreza é por si só prejudicial conduzindo a outros fatores de risco associados à violência, pois a desigualdade social, o desemprego, a falta de condições de moradia, o acesso à escola e saúde acabam contribuindo para uma sociedade menos saudável e mais violenta, modelando assim o comportamento do indivíduo com outras pessoas e dentro de sua casa, com membros de sua família.

Sendo assim, o processo de urbanização faz com que um grande número de pessoas desconhecidas passe a frequentar os mesmos espaços, evidenciando as diferenças sociais, econômicas, étnicas e etárias de cada um, contribuindo para o surgimento de pensamentos e atitudes diferentes e tornando comum o afloramento de certos atos delituosos. Nessa perspectiva a violência afeta a sociedade de forma direta, seja na forma física, psicológica ou ambas.

É na existência das desigualdades sociais expressas espacialmente também de forma desigual que os conflitos acontecem, pois não atingem o território como um todo, mas de forma seletiva, elegendo pontos preferenciais. Um exemplo são os assaltos a agências bancárias, rede de hotéis, farmácias. Nota-se que nem sempre nesta forma de violência há

¹ Um exemplo são as mulheres dos países africanos que se submetem à prática poligâmica (união reprodutiva entre mais de dois indivíduos de uma espécie) de seus maridos. Tal fato tem causas tanto culturais quanto econômicas ao estarem relacionadas com as guerras a qual seus companheiros participam.

² Registro das palavras exatas reveladas por Deus ao Profeta Mohammad há 14 séculos. Os Muçulmanos espalhados pelo mundo cultuam o Alcorão como centro da cultura islâmica onde os desígnios de Deus se apresentam em sua totalidade.

emprego da força física, porém não deixa de provocar transtornos à sociedade, além do aspecto emocional/psicológico decorrente da ameaça real ou potencial nestas circunstâncias.

Elementos que acabam determinando e influenciando o comportamento da sociedade, a qual transforma o espaço em palco de suas relações. E esse "o espaço" por abrigar diferentes histórias Nesse sentido cabe ressaltar que a violência se espacializa em função dos elementos que produzem o espaço geográfico, de modo que o espaço acaba refletindo os valores e problemas de uma determinada sociedade em sua época. E com isso diferentes valores culturais produzem-se em um conjunto de diferenciações transformando o espaço em um palco onde as relações humanas se desenvolverão de forma diferenciada.

Foi com a urbanização do território brasileiro que o processo de industrialização alterou o panorama econômico da população inserindo a mulher no mercado de trabalho, e saísse de casa, ocupandosse do espaço nas ruas, trabalhando e estudando O acesso a informação trouxe à mulher novos valores alterando completamente o ritmo de vida das famílias, sobretudo nos casamentos, pois a mulher começou a adquirir poder social e econômico, sentindo-se capaz de opinar e reclamar contra aquilo que lhes desagradavam como a tirania dos maridos, a infidelidade, o abandono e principalmente os maus tratos sofridos dentro de casa, muitas vezes guardados em silêncio. Por este motivo o fato da mulher trabalhar fora de casa era visto como uma influência negativa que provocava a desagregação familiar daí o fato da mulher precisar pedir autorização ao marido para poder trabalhar. (BLAY, 2003, p. 88). Nota-se que ainda nos dias atuais estas manifestações ainda acontecem como é o exemplo de um grupo de mulheres muçulmanas na Índia que inauguraram o Clube de Mulheres Obedientes defendendo a submissão incondicional das mulheres às vontades de seus maridos como forma de reduzir o índice de divórcios e violência doméstica.³

1.1. O avanço no enfrentamento da Violência Doméstica – Reconhecimento de um Problema

Este quadro sofreu alterações, pois é notável que a mulher tem conquistado ao longo dos anos postos de trabalho dos mais variados tendo participação nos serviços da construção civil, por exemplo, pela agilidade e enaltecida pela sensibilidade e qualidade dos serviços prestados. A participação feminina é crescente nos diversos setores da economia e

³Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2011/06/05/mulheres-prometem-obediencia-incondicional-aos-maridos-na-malasia.jhtm> acesso em 12-10-2011 às 08hs20min.

política, pois em 2010 foi eleita a 1ª Mulher Presidente do Brasil, a Sra. Dilma Rousseff, 64 anos. É evidente que isso ainda não significa que a sociedade brasileira superou a diferença de gênero desenvolvida ao longo de sua história, no entanto, ainda há muito a se conquistar, pois o processo de dominação ainda persiste. Dados do IBGE (2009) nos revelam que em 11,8% dos lares brasileiros, a mulher jovem de 18 a 24 anos provê o sustento de sua família e que o número de mulheres no mercado de trabalho era de 42% e passou em 2009 para 47,2%, demonstrando que as mulheres têm buscado sua independência financeira. No entanto, a busca por emprego não está diretamente relacionada à autonomia, mas acaba revelando o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, onde as multiplicidades de papéis se acumulam como o de mãe, esposa, doméstica, trabalhadora, etc.

Durante a conquista dos movimentos feministas brasileiros⁴ entre 1960-70, as mulheres militaram pelo reconhecimento de seus direitos, e carregaram consigo inúmeros simpatizantes com um objetivo comum de buscar melhores condições de vida, anistia, fim dos assassinatos contra mulheres e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. Em pouco tempo tal movimento havia se espalhado por todo Brasil onde voluntárias e entidades destinadas a cuidar de mulheres vítimas de violência se proliferavam. Estes movimentos buscavam inserir a mulher como sujeito de sua própria vida, sendo capaz de tomar decisões, resolver seus problemas, cuidar de seus filhos e ainda trabalhar se essa fosse sua vontade.

Em 10 de Outubro de 1980 fundou-se o “SOS Mulher” que seria o primeiro serviço de atendimento direto às mulheres em situação de violência, naquele período um grupo de mulheres comemorou em praça pública tal conquista. Somente em 1982 que o cenário feminista se fortaleceu se segmentando em grupos partidários. Este talvez tenha sido o primeiro reconhecimento da sociedade de que a violência doméstica contra as mulheres alcançava proporções maiores do que se imaginavam. Após muitos anos de luta a violência de gênero⁵ começou a ser tratada pelo Poder Público, passando assim a fazer parte da agenda pública internacional.

Nesse sentido a primeira Delegacia para atender mulheres vítimas de violência doméstica foi criada e instituída no estado de São Paulo em 1985. Outro importante marco no reconhecimento da questão feminina frente à violência é que no ano de 1994 a Organização dos Estados Americanos passou a afirmar que a violência contra a mulher é uma violação dos

⁴ Movimento Feminista: Movimento social que defende a igualdade de direitos e status entre homens e mulheres em todos os campos.

⁵ Segundo Meneghel (2005), Entende-se por gênero o elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos e como modo primordial das relações de poder. É um conceito cultural vinculado à forma como a sociedade constrói as diferenças sexuais, atribuindo *status* diferente entre homens e mulheres.

direitos humanos, haja visto que quando falamos da população feminina, vale lembrar que esta equivale a pelo menos 50% da população mundial. Segundo Soares (2006), o reconhecimento da problemática assim está expressa na Convenção Interamericana para prevenir, sancionar e erradicar a Violência contra a Mulher – “Convenção de Belém do Pará”, aprovada no Brasil.

Nesse sentido, a questão a ser levada em conta é que a violência de gênero se diferencia dos outros tipos de violência, principalmente pela condição feminina das vítimas e a habitualidade das ocorrências, pois geralmente o agressor conhece os hábitos da vítima e mora na mesma casa, o que acaba expondo a mesma a um tipo de violência rotineira e, por vezes, esse fato passa a ser um condicionante para a frequência em que ocorrem. De acordo com Telles e Melo (2002), os atos de violência contra a mulher são ações agressivas que “ocorre entre homens e mulheres que se amam ou se amaram, se relacionam ou se relacionaram na intimidade”. O agressor conhece bem os hábitos, os sentimentos e maneiras de agir e reagir de sua vítima, tornando-a mais vulnerável aos seus ataques.

Na tentativa de compreendermos a dimensão do problema buscamos um referencial temporal no Brasil, e nesse sentido identificamos que em 1988, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou a primeira pesquisa levantando dados sobre vítimas de violência. De forma que esta pesquisa trouxe inúmeras contribuições para que se vislumbrassem aspectos de fundamental importância referente à violência doméstica, permitindo inclusive identificar que a maior parte das vítimas de violência no âmbito doméstico eram mulheres e que em mais de 70% dos casos o agressor era o próprio marido ou companheiro. Esses dados passaram a demonstrar e assim desmistificar o “seio” familiar como um local repleto de paz e harmonia, retratando a questão da Violência Doméstica como um problema social cuja a família em conjunto vivencia, sofre e retém os traumas adquiridos.

Diante da concepção de gênero, a mulher pode assumir duas vertentes; a primeira enquanto vítima devido às frequentes recaídas, ao perdão e retirada da queixa na delegacia, tornando-se um objeto de dominação masculina acentuando a sua condição de dependência. Estas recaídas podem ocorrer por diversos fatores, sendo os mais predominantes a dependência financeira, o medo da família, a vergonha, a baixa auto-estima, enfim são inúmeros fatores que fazem com esta mulher se anule e deixe de acreditar em si aceitando esta dominação imposta. A segunda diz que violência não passa de uma forma de comunicação entre homem e mulher onde a mulher participa conscientemente deste processo e se coloca em uma posição de vítima por obter proteção e prazer. Esta segunda colocação coloca a

mulher como elo participativo do ato violento excluindo a imagem de vítima e assumindo seu papel de co-autora uma vez que ela também pode gerar violência, seja psicológica ou física (SANTOS; IZUMINO, p. 7).

1.2. O Ciclo da Violência Doméstica Contra a Mulher.

A violência doméstica coloca a mulher em situação de subordinação, pois esta, em decorrência da dependência financeira e emocional acaba cedendo às vontades do agressor e sofrendo violências constantes seja na forma física, seja na forma psicológica gerando um ciclo de violência em que a vítima permanece inserida e nem sempre visualiza os estágios que vivencia tornando-se uma constante no seu dia-a-dia.

De acordo com a análise dos Boletins de Ocorrência, nota-se que alguns registros são recorrentes, ou seja, a vítima já denunciou mais de uma vez os casos de violência sofridos, mas que após conversa com o companheiro acaba retirando a queixa com a promessa de que tal fato não acontecerá mais.

Diante disso nota-se que a violência doméstica passa por fases, sendo a primeira delas a construção da tensão que é caracterizada por insultos, provocações e humilhações. Tendo os ciúmes como fator gerador. Posteriormente surgem as ameaças que já configuram ser uma violência, pois quase sempre indicam o fator morte. A segunda etapa são as violências propriamente ditas, ou seja, o agressor chega as vias de fato e agride a vítima psicológica ou fisicamente. Após o fato consumado, quando a vítima resolve ou não denunciar, inicia-se a terceira etapa que é a “lua-de-mel”, marcada por promessas de melhora, surge assim a esperança de mudança, o sonho de ser novamente um casal feliz. Este período dura alguns meses até os pequenos conflitos se iniciarem e o acúmulo de insultos e humilhações levarem a uma nova explosão reiniciando o ciclo novamente.

Por este ciclo se tornar em muitos casos uma constante, torna-se difícil a mulher reconhecer que está sendo vítima de violência doméstica, e mais difícil fica se esta violência ficar somente no campo das violências psicológicas/verbais, pois quase sempre a mulher acredita que seu marido está passando por um período difícil no trabalho, muito estresse, nervosismo, conformando-se com esta rotina dos maus tratos e humilhações.

Somente quando a violência se torna física é que as vítimas percebem que há algo de errado, no entanto, isto nem sempre faz com que esta mulher denuncie seu marido, pois a dependência financeira e emocional, o medo da concretização das ameaças e a vergonha se

tornam fatores relevantes para que esta denúncia não se concretize. Se a mulher conseguir vencer seus medos e registrar o Boletim de Ocorrência contra seu agressor, certamente após algumas promessas de melhora e de mudança, acabará por retirar a queixa contra seu agressor, reiniciando assim o ciclo.

Esse ciclo pode durar por meses ou anos, no entanto a tendência é que o período entre as fases de tensão, violência e lua-de-mel acabam ocorrendo com maior frequência e ataques tornando mais violentos, podendo, inclusive evoluir para atos que levem a vítima a óbito, configurando assim o homicídio.

CAPÍTULO II – CRIAÇÃO DA PRIMEIRA DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER (DDM) – ESTRUTURAS E ESPAÇOS PARA GARANTIR ACESSO A DIREITOS

A primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), foi criada em 1985 por meio do Decreto 23.769, voltada ao atendimento à mulher em situação de violência. Segundo Massuno (2002), foi criada no estado de São Paulo no governo de André Franco Montoro (1983/1987).

Antes desta conquista as mulheres em situação de violência eram atendidas em delegacias comuns, onde os agentes policiais não tinham preparo para atender e registrar as ocorrências, de modo que as vítimas, assim durante o atendimento ficavam expostas a comentários maldosos e humilhantes, condições que acabavam agravando a violência. Assim identificamos que a criação da Delegacia de Defesa da Mulher foi uma conquista importante, pois as vítimas começaram a ser atendidas preferencialmente por mulheres; o que de modo geral não passou a significar a isonomia no tratamento das vítimas, pois o despreparo das agentes refletia conceitos da sociedade patriarcal e por isso machista. Verificamos que o processo de treinamento e capacitação dos agentes policiais passou a vigorar na medida em que foram implantadas estratégias para enfrentamento da questão de que não é pela condição feminina que mulheres e meninas precisam suportar/aceitar a violência como consequência de ser “mulher” e por isso vítimas silenciada de atos cometidos por pais, padrastos, tios, maridos, namorados e outros. A preocupação com relação aos Agentes Policiais das DEAM’S é em função de motivá-los a não aceitarem a violência doméstica como algo comum, banal e sem importância dentro do contexto social uma vez que são eles quem atendem e registram as ocorrências e entram em contato direto com a história da mulher.

Em 1996 com o decreto nº 40.693/96, as delegacias receberam a competência e a atribuição de apurar delitos contra a criança e o adolescente. E em 1997 com o decreto nº 42.082/97 as delegacias passaram a cumprir mandados de prisão civil por dívida do responsável pela inadimplência com pensões alimentícias, mudando assim o perfil de pleno atendimento a casos de violência contra a mulher.

Estas delegacias denominam-se “especializadas” por atenderem um público específico, ou seja, mulheres vítimas de qualquer tipo de violência, incluindo-se os casais homossexuais. Trata-se de um espaço para proteção às mulheres vítimas e de punição aos

homens (agressores/autores de violência). A implantação das DEAM's foi uma importante conquista social no Brasil, segundo Scardueli (2006) as DEAM's surgiram como uma resposta oficial à violência de gênero e se constituem um espaço para proteção às mulheres vítimas e de punição aos homens autores.

A partir da implantação das Delegacias Especializadas as vítimas passar a ter acesso a mais um canal de proteção. De acordo com dados do IBGE (2009) a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) apresentou um total de 41 mil relatos ligações, sendo que 10,2 % são de pedidos de informações, prestações de serviços, reclamações, sugestões e elogios, 22 mil (53,9 %) ligações fazendo referencia à violência física, e mais de 13 mil (33,2 %) relatavam violência psicológica e 576 (1,4 %) eram casos de violência sexual.

A lei Maria da Penha⁶ (lei nº 11.340 de 07 de Agosto de 2006) surge como mais uma conquista em relação à problemática da violência e uma forma de garantir à vítima uma série de medidas rápidas e eficientes que podem evitar novas agressões e cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher nos termos do § 8 do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher.

De acordo com o art. 7º da Lei 11.340/2006 as formas de violência doméstica e familiar são: Violência Física, Violência Psicológica/Verbal, Violência Sexual, Violência Patrimonial e Violência Moral. A mulher em situação de violência poderá comparecer a uma Delegacia ou Posto de Atendimento para relatar a ocorrência dos fatos acompanhada ou não de advogado ou defensor público.

A Lei Maria da Penha determina que a violência doméstica contra a mulher independa de sua orientação sexual, apoiando também os casos homossexuais. Também proíbe as chamadas penas pecuniárias como o pagamento de multas ou cestas básicas.

Cabe aos policiais requererem ao juiz medidas protetivas de urgência à vítima de violência assim como solicitar a prisão preventiva do agressor. Diante desse contexto, observa-se que a violência doméstica que antes era vista como um caráter privado, particular e individual passa a ganhar visibilidade e ser enfrentada nas diferentes escalas de poder. Nesse sentido o reconhecimento por parte do Poder Público passou a se especializar com a implementação de locais especializados para que a mulher vítima de violência doméstica

⁶ Maria da Penha foi protagonista de um caso de violência doméstica em 1983, onde por duas vezes seu marido tentou assassiná-la. Na primeira vez fez uso de arma de fogo e na segunda eletrocussão e afogamento. Tais tentativas resultaram à mesma lesões irreversíveis a sua saúde como seqüelas e paraplegia, tornando-se um exemplo de coragem e solidariedade.

possam denunciar sua condição e procurar informações de como proceder, quanto aos seus direitos.

O fato é que o perfil da mulher tem mudado, pois segundo dados do IBGE, o número de mulheres pobres e chefes de família aumentaram de 41,5% em 1999 para 48,8% em 2010. Dessa forma atribui-se responsabilidades ao Poder Público em relação a serviços públicos como creches, vagas nas escolas, lavanderias comunitárias. Pois esse crescimento de 7,3% da participação de mulheres enquanto provedora da família torna evidente a mudança no perfil da sociedade brasileira, sobretudo no que diz respeito a mulher, que necessita participar do mercado de trabalho a fim de garantir o sustento de suas famílias.

No que diz respeito a estruturas para garantir espaços de proteção à mulher, em 2011 o Brasil conta com aproximadamente 397⁷ DEAM's, distribuídas nas diferentes regiões do país. No entanto essa distribuição é desigual, pois o estado de São Paulo conta com 120 delegacias, de modo que representa 30,22% das delegacias brasileiras, enquanto que Minas Gerais com 49 unidades responde por 12,34%. E juntos os dois estados citados correspondem por 42,56% das delegacias nacionais. Enquanto que as outras 26 unidades federativas juntas respondem pelo outros 57,44%, essa disparidade demonstra a desproporção quanto a ações voltadas ao enfrentamento de crimes, contra mulheres, que são marcados pela brutalidade masculina. É evidente que os estados de Minas Gerais em São Paulo têm maior concentração populacional, revelando assim maior incidência nos diferentes casos/tipos de violência. No entanto, ainda não é possível justificar a disparidade com relação ao número de delegacias.

Tendo em vista o reconhecimento da violência doméstica como um tipo de violência contra a sociedade brasileira, ressaltamos que as Delegacias, Coordenadorias e os Centros de Atendimento demonstram que há por parte do Poder Pública a preocupação em garantir a busca de direitos, proteção e apoio à parcela da população que na violência doméstica é representada em sua maioria por mulheres. É evidente que só o número de delegacias não revela políticas para a busca de autonomia das mulheres, mas é importante elemento no que diz respeito à garantia de direito.

⁷ Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1717&id_pagina=1 acesso em 17-10-2011.

2.1. O território do estado do Mato Grosso do Sul no contexto de enfrentamento político da Violência Doméstica

Nesse intervalo de 26 anos desde a criação da 1ª DEAM, foram criadas/instituídas o total de 397 DEAM's no Brasil, o que em média significaria cerca de 15 unidades por ano. No entanto essa média não retrata/corresponde a realidade, pois como já discutimos anteriormente nos últimos anos como ações mais específicas passaram a ser implementadas após 1994 a partir da “Convenção de Belém do Pará” – onde se estabeleceu o reconhecimento de direitos iguais para homens e mulheres. Não que antes não houvesse preocupação, no entanto os resultados se davam de maneira isolada, geralmente, respondendo as pressões dos movimentos feministas que alertavam pontualmente para a gravidade de uma certa soberania masculina. E é nessa perspectiva que no estado de Mato Grosso do Sul a primeira DEAM, foi inaugurada em Campo Grande em 1987, resultado de inúmeras reivindicações feitas, junto à sociedade, pelos movimentos feministas desde 1970.

Passados 12 anos da inauguração da 1ª Delegacia no estado, no então governo de José Orcírio Miranda dos Santos - “Zeca do PT” (1999-2002/2003-2006), em 1999, foi implementado o “Programa de Prevenção e Combate a Violência Contra a Mulher” criando posteriormente a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres (CEPPM), que desenvolveu ações voltadas a temática de gênero em parceria com outras secretarias de governo. Desse modo no estado a questão de gênero passou a vigorar como pauta de políticas públicas.

Desse modo, como conseqüência foram desenvolvidas políticas públicas para a mulher como cursos de qualificação profissional e alfabetização para mulheres adultas, na tentativa de inseri-las no contexto social, promovendo sua auto-estima e tornando-a capaz de se sentir independente assim como a implantação de unidades de saúde para a mulher e campanhas publicitárias sobre a questão de gênero. Como já citado cabe destacar que o “Programa de Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher” foi parte integrante desta política, com ações mais específicas para a violência sexual e doméstica. A política de prevenção e combate enquanto política pública envolveu a sociedade no enfrentamento do problema.

No combate à violência foram planejadas três redes de atendimento às mulheres: a *Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Sexual* com sede em Campo Grande, Dourados e Nova Andradina; a *Rede de Atendimento nos Municípios do Interior*

como em Dourados, Nova Andradina, Paranaíba, Naviraí e Mundo Novo; e a *Rede de Apoio para Subsidiar os Serviços Prestados às Mulheres nos Centros de Atendimento e nas Casas de Abrigo*⁸ sendo uma em Campo Grande e outra em Dourados (Figura 01).

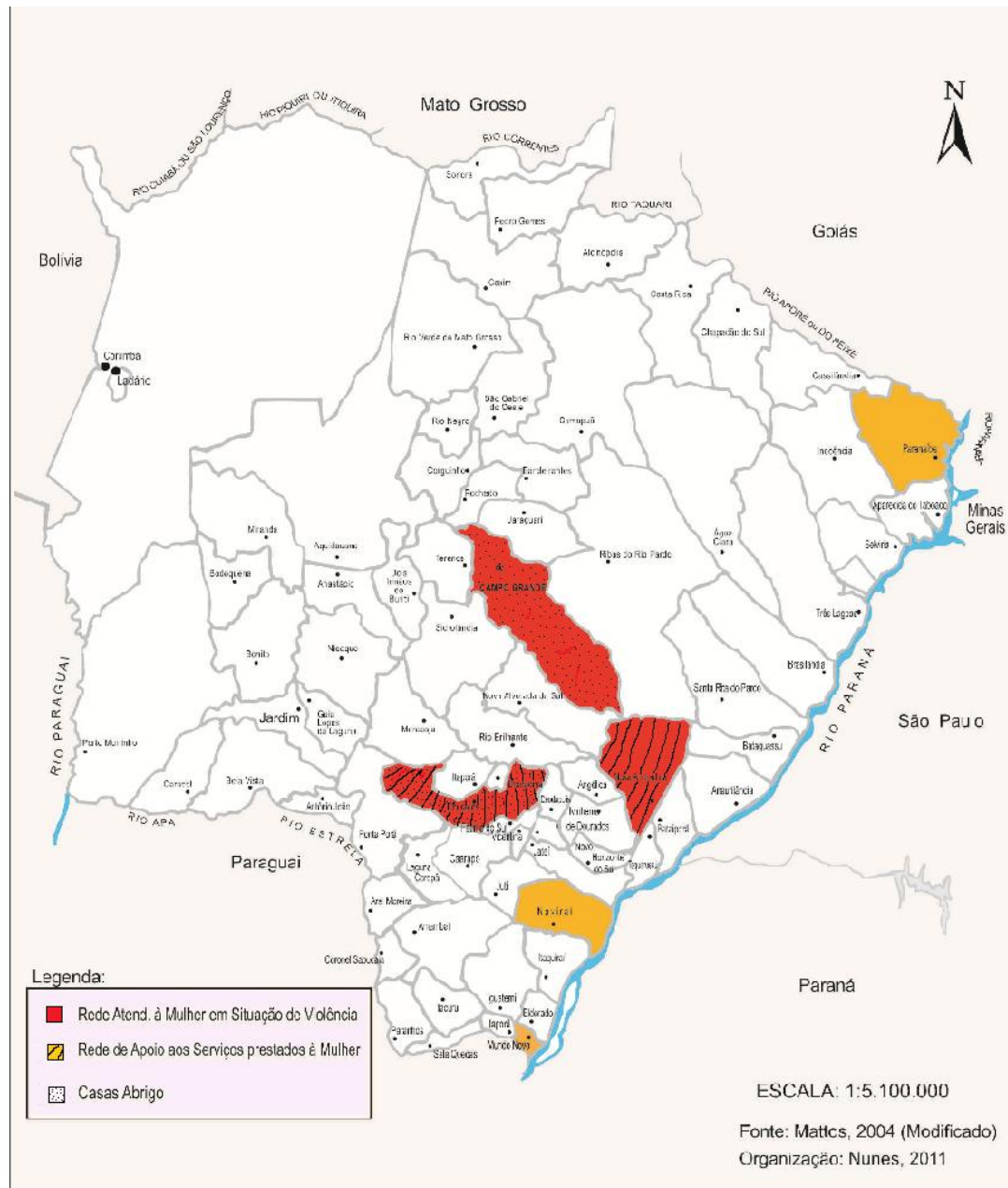


Figura 01: Rede de Atendimento às Mulheres no MS.
 Fonte: Guia de Informações, Orientações e Apoio – Lei Maria da Penha.
 Org: NUNES, 2011.

⁸ Guia De Informações, Orientações e Apoio – Lei Maria da Penha, 2009, p. 43.

Nos municípios onde a estrutura se apresenta completa como é o caso de Campo Grande e Dourados, a problemática da violência é atendida em seus diferentes níveis dando suporte e garantindo a segurança da mulher.

Na área de Segurança Pública, Mato Grosso do Sul em 2011 apresenta-se com 12 DEAM's (Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher), atendendo diferentes regiões do estado, a partir das DEAM's nos municípios de Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Dourados, Fátima do Sul, Jardim, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas. Outra importante estrutura são as Coordenadorias da Mulher que em parceria com as prefeituras municipais programam políticas direcionadas as mulheres em seus respectivos municípios. De modo que as Coordenadorias da Mulher estão em 18 municípios, nas cidades de Aquidauana, Bataiporã, Campo Grande, Corguinho, Corumbá, Dois Irmãos do Buriti, Dourados, Itaquiraí, Japorã, Jardim, Ladário, Naviraí, Nioaque, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina, Paranhos, São Gabriel do Oeste e Sidrolândia (Figura 02).

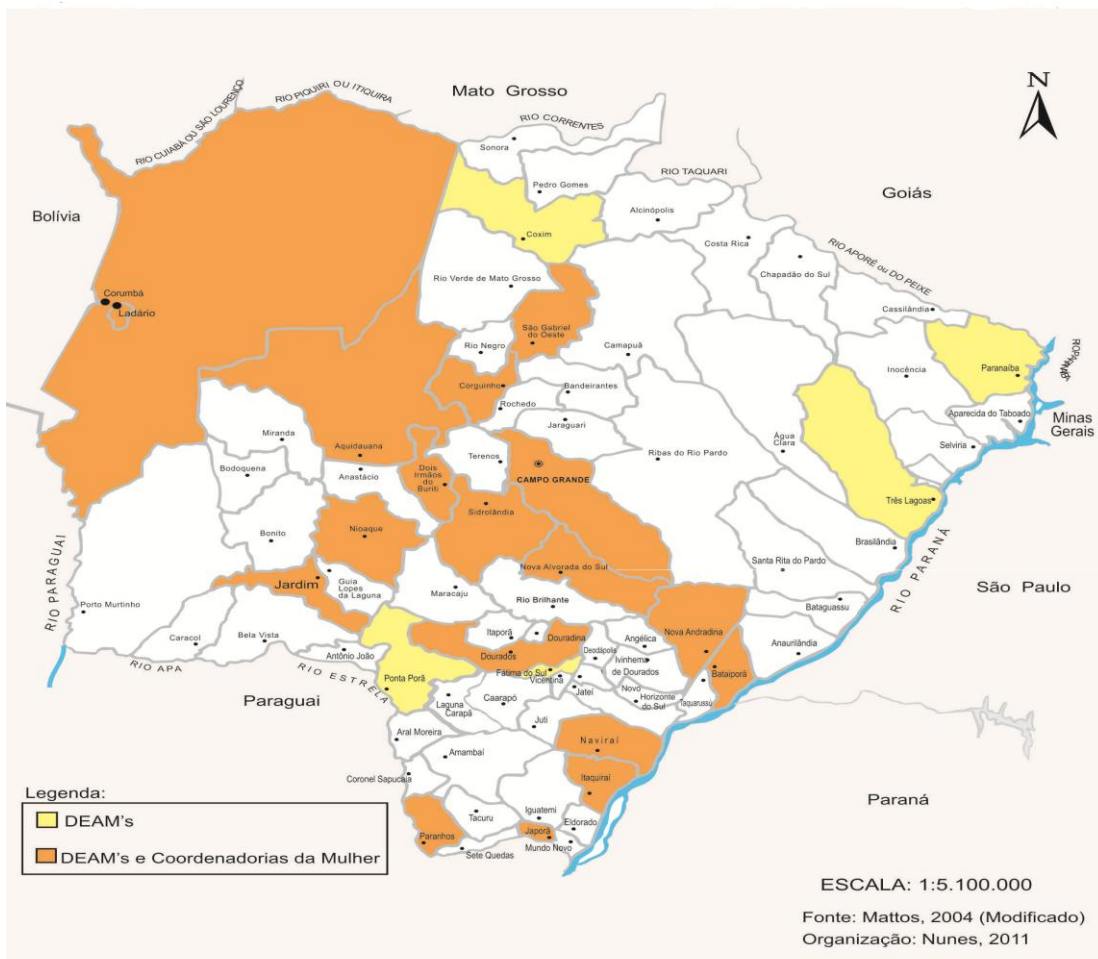


Figura 02: DEAM's e Coordenadorias da Mulher no MS.

Fonte: Guia de Informações, Orientação e Apoio – Lei Maria da Penha.
Org: NUNES, 2011.

A implantação destas delegacias proporcionou uma estrutura para direcionar melhor qualidade no atendimento às questões relativas à violência contra a mulher no Mato Grosso do Sul.

CAPÍTULO III - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER EM JARDIM – MS

De acordo com pesquisa nacional realizada pela Fundação Perseu Abramo (2009), 91% dos homens entrevistados afirmam não ter cometido nenhum ato violento contra a mulher, enquanto que outros 8% revelam já ter cometido algum ato que considera violento contra a mulher⁹. Deste modo fica evidente que um expressivo número de famílias brasileiras é vítima desse tipo de violência. No entanto vale destacar que nem sempre as mulheres vítimas registram sua condição, mas buscam atendimento médico por problemas de saúde causados de forma direta ou indireta pela violência sofrida. Estes dados registrados através de notificações compulsórias¹⁰ são encaminhados para acompanhamento por parte das autoridades responsáveis.

Tal medida foi instituída por meio da criação da Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, como forma de atuar no enfrentamento do problema. No município as notificações são geradas a partir de atendimentos realizados na rede de saúde, que é composta por 04 Estratégias de Saúde da Família (ESF's), Unidade Básica de Saúde Nestor Pereira (UBSNP) e pelo Hospital Marechal Rondon (HMR). Os dados gerados são encaminhadas ao Setor de Vigilância Epidemiológica e assim repassadas ao Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)¹¹, e tem como objetivo principal conhecer a magnitude das violências; implantar as redes de cuidados e elaborar as estratégias de prevenção à violência doméstica mais adequada à vítima.

No entanto no município de Jardim – MS, as notificações passaram a ser realizadas e acompanhadas somente a partir de Junho de 2009. De acordo com o Setor de Vigilância Epidemiológica, no referido ano houve a identificação de 13 casos de violência contra a mulher, já no ano de 2010 o numero DE registros foi de 75 notificações de violência doméstica ao longo do ano. É importante destacar que tais notificações não fazem parte dos registros da DEAM de Jardim - MS, pois de acordo com o Setor de Vigilância Epidemiológica de Jardim – MS, não há parceria estabelecida entre os diferentes órgãos.

⁹ <http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/cap5.pdf> acesso em 30-09-2011 às 21h46min.

¹⁰ Que são geradas a partir do atendimento realizado nas unidades de saúde dos municípios. Tais como nas Estratégias de Saúde da Família (ESF's), nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e pelos Hospitais. Os dados coletados são encaminhadas aos Setores de Vigilância Epidemiológica dos municípios para serem repassadas ao Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), que estrategicamente podem atuar no monitoramento e na prevenção dos casos relacionados a Violência Doméstica.

¹¹ Dados coletados no setor de vigilância epidemiológica de Jardim-MS em 13-10-2011.

Esses dados evidenciam que assim como em outras cidades brasileiras, o município de Jardim – MS apresenta casos de violência doméstica em níveis relevantes, despertando nas autoridades policiais e jurídicas assim como nos setores da saúde e assistência social a necessidade de intervir e criar meios e subsídios que assistam esta mulher vítima de violência doméstica.

Ao buscarmos compreender a dinâmica desse problema no município, identificamos que denúncias/casos de violência doméstica são registrados também nas Delegacias da Polícia Civil. E nesse sentido os municípios que não dispõem de Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, acabam acumulando diferentes funções, diante da quantidade e da especificidade dos casos, justificam-se a criação de uma DEAM, com a intenção de atender as denúncias, averiguar e investigar os casos relatados. E acima de tudo dedicar à mulher vítima de violência uma atenção mais específica. Na cidade de Jardim - MS a DEAM é uma anexo do prédio da Delegacia da Polícia Civil, situando, portanto no Bairro Major Costa, na Av. Fernando Aranha, n.o 1500 (Figura 03).

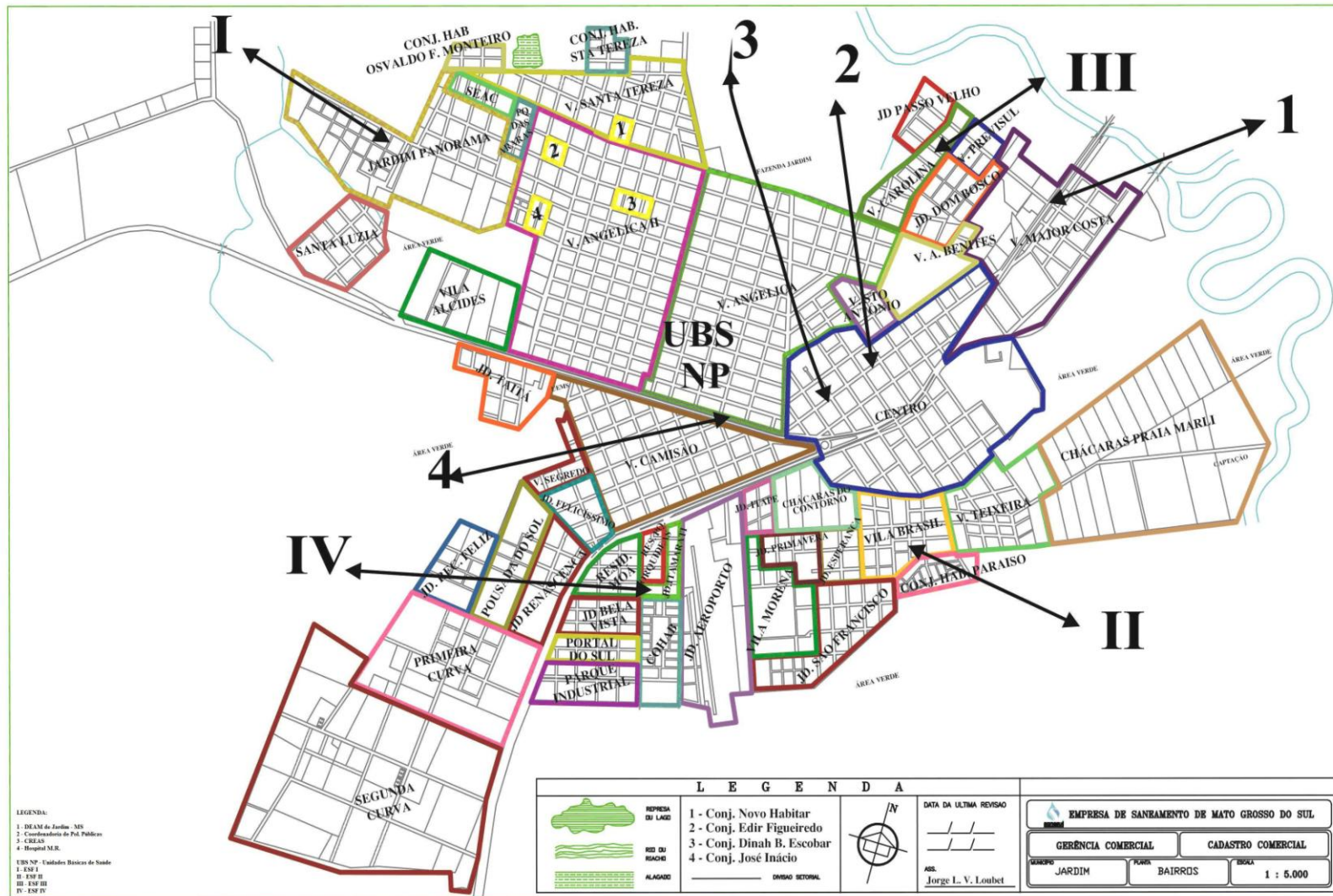


Figura 03: Distribuição da rede de atendimento à mulher vítima de violência doméstica em Jardim – MS.

Fonte: SANESUL – Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Suly

Org: NUNES, 2011.

A referida delegacia foi inaugurada em 15 de março de 2002, durante o governo de José Orcírio Miranda dos Santos – “Zeca do PT” (1999/2002), sob a responsabilidade delegada Dra. Ângela Salete Cosme dos Santos que conta com outros três agentes policiais, sendo dois homens e uma mulher (Foto 02).



Foto 01: Fachada da DEAM de Jardim – MS.
Fonte: NUNES, 2011.

A fim de compreendermos a dinâmica da violência de gênero e como ela tem se espacializado no município de Jardim - MS nos pautamos num sistemático levantamento de dados passamos a buscar dados oficiais, que priorizassem as ocorrências realizadas na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher do município. Tal levantamento foi realizado a partir da análise dos Boletins de Ocorrência, mediante autorização prévia da delegada titular da referida delegacia. Desse modo o levantamento teve início no mês de outubro de 2010, prevendo a análise de dados registrados no intervalo de 2009 e 2010, para podermos estabelecer relações comparativas. No entanto devido a problemas administrativos da delegacia, tivemos que interromper o levantamento, antes do previsto. Concluindo assim o acesso e análise dos Boletins de Ocorrência. Desse modo, a presente pesquisa refere-se aos casos de Violência contra a Mulher, em Jardim - MS, registrados no período de Jan/2009 a Out/2010.

Referente ao ano de 2009 foram analisadas as 262 ocorrências apuradas na delegacia; classificadas em diversas tipologias de crimes. Assim como no ano de 2010 tivemos acesso 128 Boletins de Ocorrência, registrados até o mês de Outubro do referido ano.

Nesse sentido tivemos acesso a 390 registros de ocorrência de Violência Contra a Mulher, ocorridos no município no intervalo de 22 meses.

Diante da diversidade de casos levantados, destacamos que foi possível identificar o registro de 53 tipologias de crimes, revelando a diversidade e a complexidade que envolve a questão da Violência contra Mulher. Vale destacar que por conta da padronização dos registros optamos por trabalhar apenas com os dados da DEAM de Jardim - MS. Nesse sentido cabe destacar que o número de casos é ainda mais significativo, tendo em vista que nem todas as mulheres vítimas realizam o registro, bem como já mencionado, nem sempre os registros são feitos na DEAM, ou ainda não são correlacionados aos registros da Delegacia da Polícia Civil. E ainda não há parceria entre as diferentes estruturas, como por exemplo, os 88 casos relacionados aos registros feitos pela rede de saúde através das notificações compulsórias.

3.1. Caracterizações das Ocorrências no Município de Jardim – MS

De acordo com o Guia de Informações, Orientação e apoio à Lei Maria da Penha (2009), a violência contra a mulher subdivide-se em Violência Física, Violência Psicológica, Violência Sexual, Violência Patrimonial e Violência Moral. Nesse sentido, diante da diversidade de informações e da simultaneidade de crimes caracterizados nas 390 B.O.'s optamos por classificar as ocorrências usando critérios mais abrangentes e por isso generalizantes, visando evitar possíveis equívocos. Assim metodologicamente estabelecemos 3 grupos de violências. Dessa forma os dados passaram a revelar que 49,23% das ocorrências relataram a situação Violência concentrada em aspectos verbais, com ameaças, assim sem causar danos físicos, passamos a considerar essa como Violência Verbal, enquanto nos outros 50,77% dos Boletins de Ocorrência, houve por parte da vítima relatos que retrataram agressões de ordem física, com socos, tapas, empurrões etc. No entanto identificamos que em alguns casos relatam violências simultâneas, por isso ressaltamos que do total de 390 B.O.'s em 47,17% há relatos do emprego de Violência Física, e no outros 3,60% Violência Física e Verbal, sendo esta última quando há associação de ambos os casos conforme podemos observar no Gráfico 01.

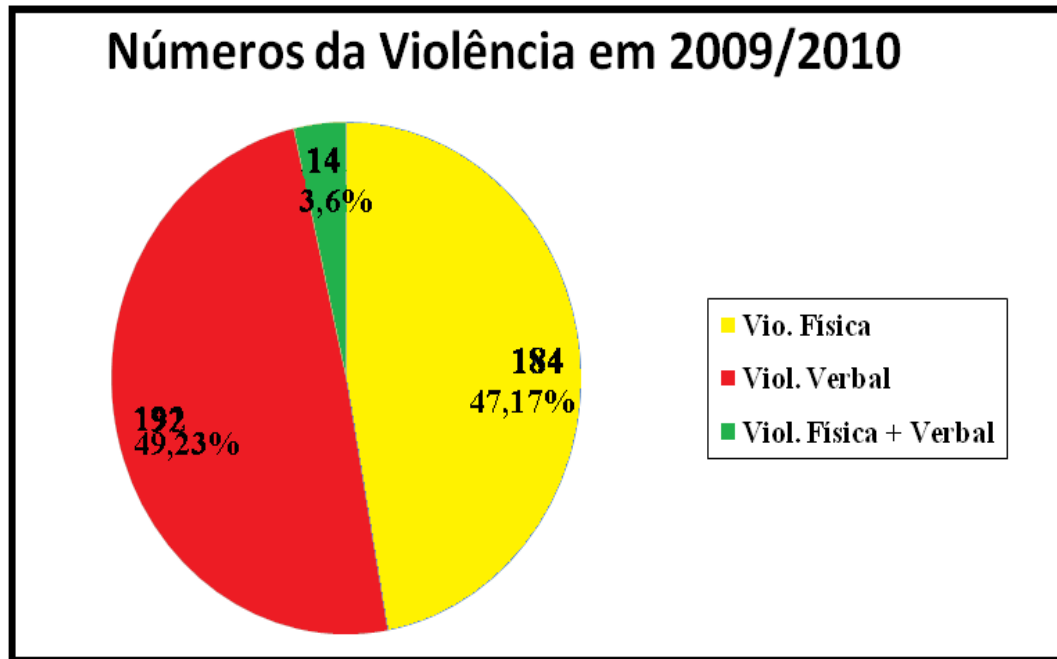


Gráfico 01: Números da Violência em 2009/2010.
 Fonte: Pesquisa de Campo – DEAM – Jardim – MS
 Org.: Nunes, 2011.

Passamos a considerar a violência doméstica em 2 principais esferas, que em conjunto podem desencadear o 3º grupo. Assim destacamos os seguintes tipos: Violência Física, Violência Verbal e a associação de atos de Violência Física e Verbal. Nesse sentido compreendemos Violência Física como ato ou conduta que ofereça risco a integridade ou saúde corporal da mulher. Já a Violência Verbal é entendida como a conduta que possa causar dano emocional e diminuição da auto-estima. As discussões teóricas a respeito da Violência Doméstica ressaltam que toda e qualquer forma de violência sempre deixa seqüelas psicológicas na mulher, ou seja, provoca marcas com as quais terão de conviver para sempre.

No entanto vale destacar que a Violência Doméstica abrange um conjunto de violências, que tem em comum o fato de ocorrerem no ambiente doméstico e geralmente são cometidas por pessoas que deveriam prover a proteção e sustento das vítimas, nessas circunstâncias geralmente menores de idade, idosos e mulheres. No conjunto de Violência Doméstica, a mulher é a principal vítima. Nesse sentido a violência de gênero está relacionada ao desejo de uma pessoa exercer o controle e domínio sobre a outra. Segundo Soares (2005) se caracteriza pelo comportamento abusivo entre marido e mulher ou membros de um relacionamento afetivo, que dentro do relacionamento pressionam o companheiro a ir contra seus princípios. Um exemplo são os casos onde a mulher cansada de sofrer maus tratos tenta se separar; e nessas condições o homem por perceber que não exerce mais o controle e

domínio sobre a companheira passa a tentar reverter a separação, circunstâncias em que acabam forçando uma reaproximação, as vezes com ameaças e agressões de diferentes níveis.

Nesse sentido organizamos as ocorrências a partir dos relatos dos 390 B.O.'s nas 3 classificações que mencionamos anteriormente. A diversidade dos 390 casos demonstra as formas como os agressores abordam e cometem os crimes na categoria de Violência de Gênero (Quadro 01).

TIPOS DE VIOLÊNCIA	TIPOS DE CRIMES	TOTAL
Violência Verbal	Assédio Sexual	1
	Difamação	1
	Ato Obsceno	1
	Importunação Ofensiva ao Pudor	1
	Ameaça + Dano	1
	Ameaça + Desacato	1
	Ameaça + Perturbação da Tranquilidade	1
	Ameaça + embriagues + Desordem	1
	Ameaça + calúnia + Injúria	1
	Violação de Domicílio + Dano	1
	Ameaça + Violação de Domicílio	1
	Difamação + Perturbação da Tranquilidade	1
	Ameaça + embriagues + Desordem	1
	Ameaça + Difamação	2
	Constrangimento Ilegal	2
	Ameaça + Desobediência	2
	Calúnia	2
	Ameaça + Injúria	4
	Perturbação da Tranquilidade	9
	Violação de Domicílio	17
	Injúria	18
	Ameaça	116
	22 Tipos	185
Violência Física	Aliciar, Assediar, Instigar, Constranger por qualquer meio criança com fim de com ela praticar Estupro.	1
	Atentado violento ao Pudor na Forma Tentada	1
	Vias de Fato + Perturbação da Tranquilidade	1
	Estupro Presumido	2
	Lesão Corporal Dolosa + Vias de Fato	2
	Vias de Fato + Embriagues	2
	Estupro na Forma Tentada	3
	Homicídio Doloso na Forma Tentada	4
	Atentado Violento ao Pudor (AVP)	5
	Estupro de Vulnerável	6
	Estupro	7
	Vias de Fato (VF)	56
Lesão Corporal Dolosa (LCD)	82	
	13 Tipos	172
Violência Física + Verbal	Atentado Violento ao Pudor + Ameaça	1
	Ameaça + Lesão Corporal	1
	Ameaça + Estupro de Vulnerável	1
	Vias de Fato + Desobediência	1
	Vias de Fato + Difamação	1
	Perturbação da Tranquilidade + Lesão Corporal Dolosa	2
	Ameaça + Lesão corporal Dolosa na Forma Tentada	2
	Vias de Fato + Porte de Arma	3
	Vias de Fato + Violação de Domicílio	3
	Ameaça + Lesão Corporal Dolosa	8
Ameaça + Vias de Fato	10	
	11 Tipos	33
	Total: 46 tipologias	390

Quadro 01: Especificação das Violências em Jardim – MS.

Fonte: Pesquisa de Campo - DEAM de Jardim - MS

Org: NUNES, 2011.

Assim as agressões pertinentes a Violência de Gênero, são atribuídas como conseqüências do fato de na sociedade patriarcal o homem, na sua condição de “chefe da família” deseja exercer o domínio sobre o lar e a família, causas que advém de uma cultura machista, na qual o homem é criado para ser o chefe da família, e assim prover o sustento e controle sobre seus familiares, incluindo neste contexto sua esposa. Vale lembrar que mesmo antes de nascer à influência machista de nossa sociedade prevalece manifestando-se nas diversas etapas de nossas vidas, ao nascer certas diferenças já se expressam nas cores das roupas (menino usa azul e menina usa rosa), nos brinquedos (menino brinca de carrinho e bola e menina brinca com boneca e panelinhas), nos coleguinhas (menino brinca com menino e menina brinca com meninas). Desta forma podemos observar a influência do homem sobre a mulher como conseqüência do processo de formação educacional e cultural, de nossa sociedade.

Nesse sentido, segundo a Fundação Perseu Abramo (FPA)¹², em pesquisa realizada em 2010, 43% dos homens ao serem questionados a respeito de seu papel no âmbito familiar afirmaram que nas decisões importantes, é justo que o homem tenha a última palavra. Fator que revela o aspecto machista da sociedade brasileira.

A Violência de Gênero esta relacionada a outros problemas sociais, como por exemplo, a pobreza, falta de emprego, problemas mentais, drogas e álcool. Nesse sentido identificamos no período analisado, que em 28,72% dos relatos de ocorrência de violência no município de Jardim - MS as vítimas - autoras do Boletins de Ocorrência - relataram pelo menos um desses elementos envolvidos no ato da agressão. De modo que dos 390 registros a que tivemos acesso, o uso de bebida alcoólica é mencionado em 18,21% dos casos, enquanto que a posse de arma foi citado por 9,23% dos registros. E o conjunto arma e álcool foram citados em 1,28% dos registros (Gráfico 02).

Observamos com isso que na cidade de Jardim – MS entre 2009-2010 houve 76 mulheres vítimas de violência doméstica onde o agressor fez uso de bebida alcoólica, 41 mulheres foram vitimadas por agressores que portavam algum tipo de arma. No entanto outro agravante é que nesse contexto 5 relatos mencionam o conjunto desses dois elementos –arma e álcool– o que conseqüentemente agrava psicologicamente essa vítima, causando-lhes transtornos emocionais e físicos em tais níveis que são mencionados em alguns casos como irreversíveis.

¹² Fundação Perseu Abramo (2010), Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado. Pesquisa realizada pelo Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo, contendo amostra de 2.365 mulheres e 1.181 homens em 25 UFs, distribuídas nas cinco macro regiões do país (CO, N, NE, S, SE), cobrindo inclusive a área rural.

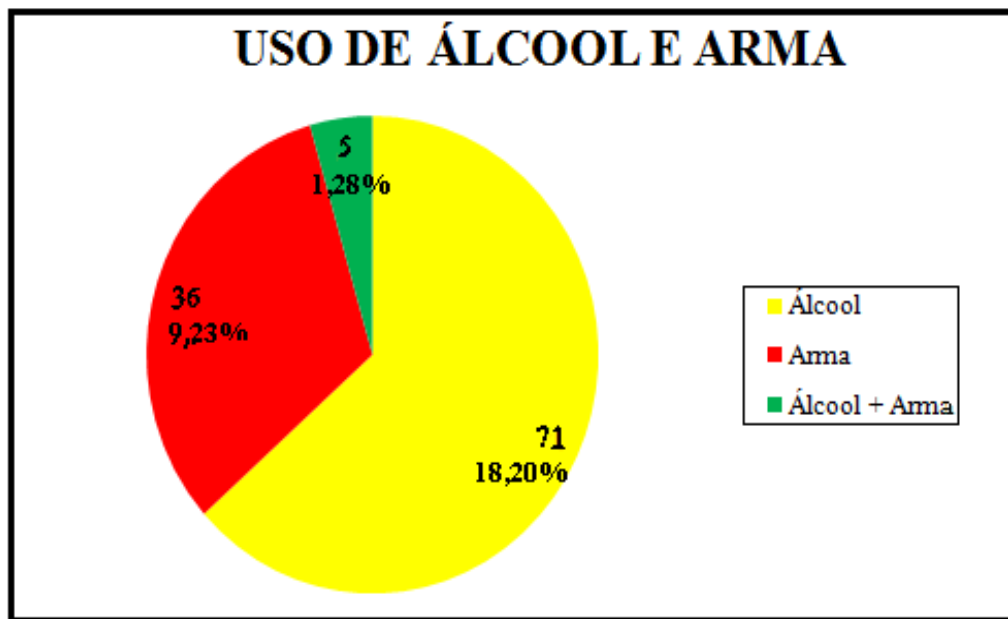


Gráfico 02: Uso de bebida alcoólicas e armas pelos agressores.
 Fonte: Pesquisa de Campo DEAM – Jardim – MS
 Org: NUNES, 2011.

Ainda de acordo com a Fundação Perseu Abramo (FPA), em 2010, 10% dos homens entrevistados em pesquisa a respeito da Violência Doméstica mencionaram ter feito uso de armas de fogo ou facas para ameaçar a integridade física de suas companheiras. Nesse sentido, 16% delas relataram sofrer este tipo de violência por diversas vezes. Elementos que nos permitem aferir que a habitualidade dessas agressões podem colocar em risco a vida de tais mulheres.

Nessa perspectiva, de acordo com matéria publicada no *site* Dourados News¹³ quanto a Violência Doméstica o Brasil ocupa a 13ª posição no *ranking* internacional referente à homicídios contra as mulheres. A matéria discute que se compararmos os homicídios femininos com as taxas masculinas, os números parecem pouco representativos. Mas o fato mencionado é que a dinâmica dos homicídios masculinos é diferenciada, pois estes acontecem nas ruas, enquanto que as mulheres são vítimas dentro de suas casas, e freqüentemente os homicídios contra o gênero feminino estão relacionados a álcool e armas.

Outro elemento identificado, a partir dos registros da DEAM de Jardim - MS quanto ao perfil da vítima e do agressor refere-se à diferença de idade entre autor e vítima. A maior diferença mencionada foi de 35 anos, e de acordo com dados do Boletim de Ocorrência,

¹³ <http://www.douradosnews.com.br/brasil-mundo/numero-de-acoes-por-violencia-domestica-aumenta-no-stj>
 19/09/2011 10h15 - Atualizado em 19/09/2011 10h15

referente a tal registro o agressor em questão é mais novo e nesse sentido não se configura como filho ou neto, e sim companheiro. Quanto aos demais casos em que a diferença de idade foi identificada, ressaltamos que os agressores são esposos/conviventes (Gráfico 03).

Em 3,84% dos Boletins de Ocorrência de Violência de Gênero, os autores são de 6 a 10 anos mais jovens que a vítima. Não chega a ser uma diferença tão expressiva se comparado com o registro de 4 casos onde o autor é companheiro da vítima e a diferença de idade entre ambos chega a 25 anos. Esta é uma abordagem difícil de ser realizada, pois corremos o risco de sermos preconceituosos ao evidenciar a diferença de idade entre os casais, no entanto fica evidente que aspectos como o vigor físico, o comportamento, preferências, gostos, horários se manifestem negativamente nestes casos, contribuindo assim para o surgimento que se expressam de forma agressiva, forma de violência doméstica. Questões essas agravadas principalmente se estiverem relacionados ao uso de bebidas alcoólicas (Gráfico 03).

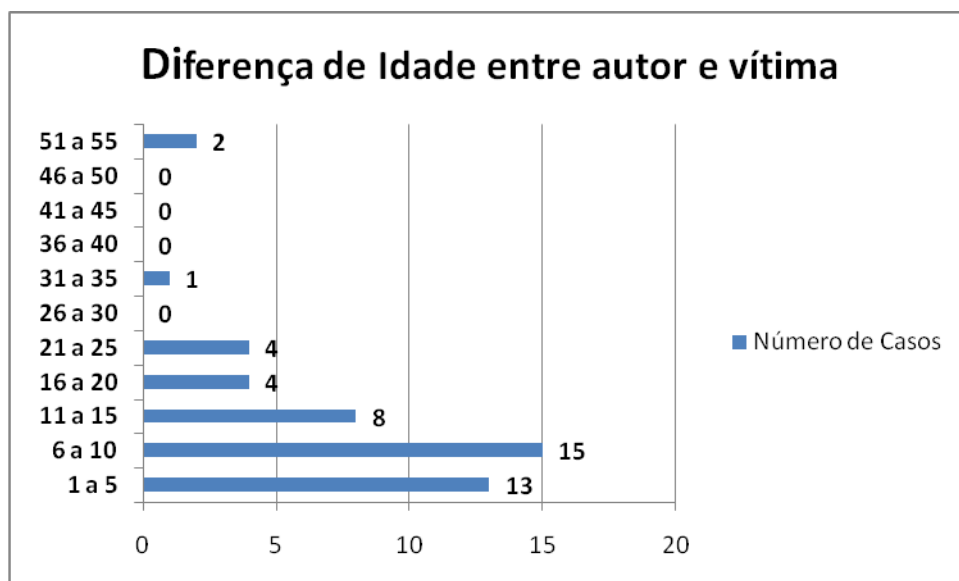


Gráfico 03: Diferença de idade entre autor e vítima em anos.

Fonte: Pesquisa de Campo DEAM – Jardim – MS.

Org: NUNES, 2011.

Ao analisarmos os dados da DEAM de Jardim – MS, identificamos que no período pesquisado (Janeiro de 2009 a Outubro de 2010), a incidência foi registrada no mês de Janeiro de 2009 com 38 registros feitos na Delegacia seguido pelo mês de Março de 2009 com 29 casos ou 7,44%. Atribui-se há estes dois meses o período de férias no qual um grande número de pessoas permanece por um tempo maior na cidade, em especial no carnaval onde a ingestão de bebidas alcoólicas aumenta consideravelmente.

Já no ano de 2010, o carnaval ocorreu no mês de fevereiro, ocasião em que o número de registros alcançou a marca de 28 casos, ou seja, 7,17%. Trata-se de um número bastante expressivo ao considerarmos o fato do mês de fevereiro possuir apenas 28 dias, entendemos com isto que houve um ato de violência contra a mulher por dia no município como podemos observar nos Gráficos 04 e 05.

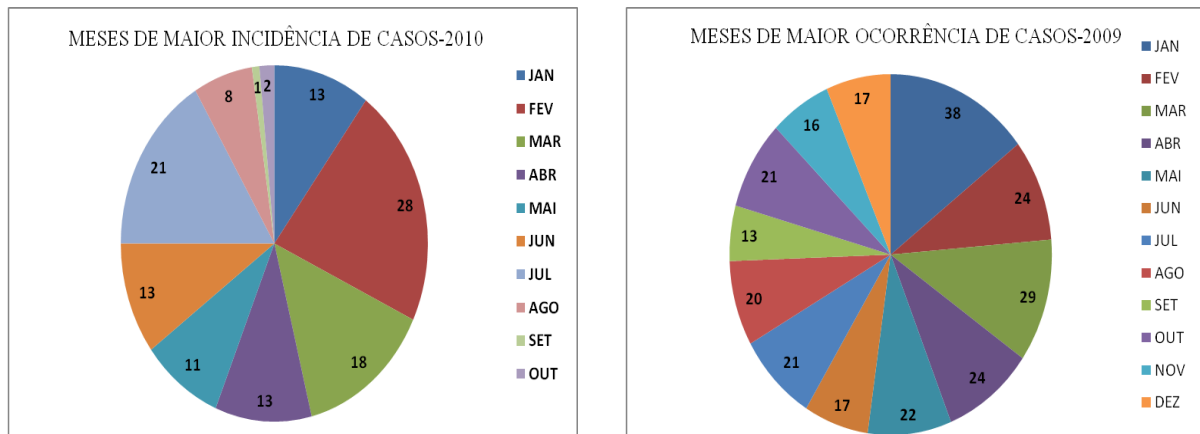


Gráfico 04 e 05: Meses de maior incidência de casos em Jardim – MS.
 Fonte: Pesquisa de Campo DEAM Jardim – MS
 Org: Nunes, 2011.

3.2. Espaço Geográfico – Espacializando a Violência Doméstica

As cidades são transformadas em objetos de consumo e produzem seu espaço valorizando ou desvalorizando determinadas porções do território que são apropriadas por diferentes atores sociais conforme se expressa nas desigualdades existentes, criando dentro do espaço urbano, locais desvalorizados por estarem abandonados pelo estado e instituições públicas fazendo com que se configurem as periferias. O território possui uma existência material própria e acaba aderindo uma existência social a partir das relações sociais que se desenrolam neste espaço. Sendo assim só existe uma configuração geográfica quando há o conjunto destas duas existências, pois acabam recriando condições ambientais e sociais redefinindo cada lugar (SANTOS, 1996, p. 50).

Desse modo surgem os espaços elitizados das classes dominantes, que se configuram por construções imponentes e locais privilegiados de infra-estrutura de alto padrão de qualidade e de técnica financiados pelo governo e os espaços periféricos nos quais predominam a cultura da pobreza, desemprego, alto índice de informalidade e das construções habitacionais imediatistas com pouco ou nenhum financiamento público, onde a autoconstrução atende à exigências mínimas de uma habitação de qualidade, onde residem as

classes populares transformando-os na periferias dos excluídos. Surge assim uma distância social entre estes indivíduos, pois a pequena distância física no território confronta-se com as diferenças sociais que se expressam sobre a forma de direitos à saúde, ao trabalho, à segurança, à vida. Esta barreira espacial criada pelos diferentes espaços sociais coloca em evidência a dificuldade de mobilidade social dos indivíduos, é neste contexto que se configura a pobreza.

As comunidades periféricas mais pobres ou faveladas¹⁴ tornam-se alvo das violências e da lei do mais forte por estarem mais vulneráveis à falta de segurança pública e políticas públicas voltadas para estes espaços onde às desigualdades sociais são a causa principal deste processo. Estes locais mais fragilizados são definidos como lugar essencial da pobreza e das desigualdades e à violência acaba se tornando um de seus aspectos mais visíveis caracterizando assim estes espaços como naturalmente violentos.

A presença de variáveis sócio-espaciais relacionadas ao processo de urbanização como pobreza, desigualdade, concentração de renda e desemprego assim como o grande adensamento demográfico, o inchaço das cidades, o grande número de bairros, vilas e favelas nas periferias das cidades contribuem para que as violências se espacializem. (FERREIRA; PENNA, 2005, p. 159).

De acordo com Melgaço (2005), a violência advém de causas diversas onde a que mais se sobrepõe são a herança cultural e a organização social ente os indivíduos envolvendo as desigualdades territoriais onde o desemprego, a desestruturação familiar, a pobreza, as drogas e a impunidade estão sempre presente no cotidiano do indivíduo.

Segundo a CIIP¹⁵ (2002), a violência se subdivide em: violências visíveis (do tipo coletivo e institucional), invisível (do tipo estrutural e cultural) e social, sendo parcialmente visível. Entende-se por violência coletiva quando um grupo ou uma sociedade se organiza coletivamente em função de um ideal declaradamente, um exemplo seriam as guerras. Por violência institucional ou estatal é aquela onde as instituições fazem uso da força para impedir uma violência individual, são os casos das polícias que atuam com o propósito de impedir um ato de violência social.

A violência cultural se caracteriza pela utilização da diferença, onde um indivíduo ou grupo se organiza em função da discriminação ou preconceito sobre determinado grupo ou indivíduos, por não aceitar certas formas de expressão ou comportamentos, um exemplo

¹⁴ Ocupantes de terras ilegítimas ou sujeitos de uma ocupação juridicamente irregular.

¹⁵ Centro Internacional de Investigação e Informação para a Paz, 2002.

clássico seria os *skinheds*¹⁶ que promovem confrontos violentos contra homossexuais, estrangeiros¹⁷, nordestinos, etc.

Por fim a violência individual, cuja sua principal característica é a origem social e se manifestam de maneira interpessoal, ou seja, as relações sociais entre os grupos são passíveis de conflitos devido à heterogeneidade que se manifesta muitas vezes na forma de atos violentos. A violência individual está baseada nas desigualdades sociais que se tornam fontes geradoras de conflitos, tensão e violência e inclui-se a ela a violência doméstica e violência contra crianças.

Com o crescimento urbano desordenado, as carências materiais urbanas como habitação e transporte, por exemplo, combinado com a queda contínua do valor dos salários, a diminuição da qualidade de serviços como educação e saúde tornam a vida da população cada vez mais precária, transformando as cidades em pólos de pobreza, no entanto estas dificuldades não deixam de atrair cada vez mais pessoas para o espaço urbano. Outro fator que contribui para a pobreza extrema da população é a dificuldade de acesso aos programas sociais dos governos federais, estaduais e municipais que ajudam muito famílias desfavorecidas, além da implantação de serviços públicos como segurança e infra-estrutura urbana.

Diante do exposto o processo de urbanização tem como base as desigualdades sociais e econômicas e determinam territórios de segregação e pobreza, onde a violência se manifesta em todos os sentidos seja pela omissão do estado, pela falta de acesso à saúde, pela falta de formação profissional, pelo mercado de trabalho, segurança e infra-estruturas urbanas precárias, tornando as periferias o *locus* privilegiado para o estabelecimento das diversas formas de violência.

De acordo com Melgaço (2005, p. 15), “Falar em violência e estabelecer sua geografia, é entender como o crime adquire uma organização, uma estrutura própria que faz seu reflexo no espaço urbano se sentir presente”, a cidade acaba se tornando o reflexo de sua sociedade. Nesse sentido ações como homicídios, roubos, furtos e estupros podem se caracterizar como uma reação aos reflexos de uma sociedade baseada nas desigualdades sociais. Porém há outras formas de violência dentro do espaço urbano, menos expostas, porém não menos perversas e traumáticas, pois de acordo com o autor a brutalidade está

¹⁶ Skinhead (em inglês: cabeça raspada) é uma subcultura originária de jovens da classe operária do Reino Unido no final dos anos 60 e mais tarde espalhada para o resto do mundo.

¹⁷ Xenofobia: Aversão profunda, medo irracional ou antipatia por estrangeiros. Desconfiança de pessoas estranhas ao meio vindas de outros países.

caracterizada na violência dos fracos enquanto que a violência dos poderosos é calma e fria com técnicas de opressão refinadas e eficazes.

Os mais pobres geralmente ao manifestar-se por algum motivo que os desagradam expressam sua ira ou descontentamento em forma de depredação de locais públicos, pequenos furtos e danos em geral. Estas pessoas são alienadas ao sistema capitalista que os conduz a um ritmo frenético e desigual de vida. Então como cobrar um comportamento racional e brando de pessoas tão sofridas? É neste contexto que surgem as leis como normas para disciplinar a convivência entre membros de determinado local. No entanto nem sempre estas leis são obedecidas e/ou respeitadas, obrigando o estado a tomar medidas cabíveis para o cumprimento das mesmas garantindo assim a ordem estabelecida pela comunidade.

A violência doméstica era vista como um caráter privado, algo que acontecia entre quatro paredes e não cabia à sociedade tomar conhecimento, no entanto nota-se ser um problema muito mais complexo de difícil mensuração por estar correlacionada a uma sociedade patriarcal e hierárquica, que este fenômeno se expressa no cotidiano de inúmeras famílias brasileiras.

Por ser encarada como uma violência particular, problema entre “marido e mulher”, este tipo de violência não acontece em todos os lugares do espaço urbano, há bairros exclusivamente comerciais que este número de violência praticamente inexistente, diferentemente dos bairros residenciais que acumulam grande número de casos dentro de suas particularidades e nem sempre são expostos à sociedade, fazendo destes espaços palco das relações humanas e sociais.

Durante a coleta de dados na DEAM de Jardim – MS, nos preocupamos em entender como a violência doméstica tem se espacializado em Jardim – MS, com base nos relatos feitos nos B.O's, além de dados que nos levem a traçar um perfil dos agressores, pois de acordo com pesquisas “oficiais” somente 40% dos casos de violência doméstica são registrados nas delegacias. De acordo com análise feita nos dados tabulados identificamos que os casos se concentram em bairros periféricos destinados em sua maior parte à moradia, no entanto observamos casos de violência doméstica no centro da cidade o que nos leva interpretar diante de análise feita de acordo com as datas da ocorrência (março/2009 e fev/2010) e o local, serem o período de carnaval onde há grande aglomeração de pessoas onde o consumo de bebidas alcoólicas é bastante elevado durante estes eventos festivos conforme podemos observar no gráfico abaixo.

Identificamos também que em sua maior parte os agressores possuem uma ocupação profissional, no entanto classificam-se como trabalhadores do setor de serviços, ou seja, trata-se de pessoas com baixo nível de escolaridade, pouco acesso à informação e baixa renda salarial.

Não estamos com isso classificando as pessoas humildes com pouca escolaridade e profissões de pouco destaque no cenário econômico como prováveis promotores de violência doméstica uma vez que observamos casos onde o agressor apresenta um nível de escolaridade elevado, uma profissão de destaque e acesso a todo tipo de informação como médicos, advogados, professores e até mesmo os próprios policiais como promotores de casos de violência doméstica (Tabela 01).

No município de Jardim espacializamos os casos de violência doméstica de acordo com relatos realizados pelas vítimas ao registrarem o Boletim de Ocorrência, com a finalidade de conhecer melhor os bairros com maior e menor incidência de B. O's registrados na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de Jardim – MS no período de Jan/2009 à Out/2010. De acordo orientação da delegada titular da DEAM de Jardim – MS, não tivemos acesso ao nome das ruas onde ocorreram as violências, tivemos acesso somente aos bairros dando uma certa imprecisão à nossa espacialização devido a não delimitação entre um bairro e outro, apenas uma linha imaginária os separa.

Um fato importante é a questão de dependência que esta mulher (vítima) estabelece em relação ao seu companheiro (agressor), este problema está relacionado ao fato desta mulher ser muitas vezes, ainda, dependente financeiramente de seu marido, o número de filhos também é um fator importante, pois a vítima prefere sofrer maus tratos à colocar a em risco a tranquilidade de seus filhos; a falta de apoio da própria família da vítima além da vergonha de vizinhos e parentes fazem com esta mulher agüente longos anos sofrendo calada agressões diversas de seu companheiro.

Profissão dos Autores	Núm. de Casos
Enfermeiro	1
Médico	1
Téc. De Enfermagem	1
Advogado	2
Borracheiro	2
Frentista	2
Militar	2
Promotor de Eventos	2
Carvoeiro	3
Entregador	3
Garçon	3
Professor	3
Vendedor	3
Recepcionista	4
Pecuarista	5
Policiais	6
Lavrador	8
Mecânico	8
Carpinteiro	9
Servidor Público	9
Estudante	13
Pintor	16
Desempregados	30
Comerciante	31
Pedreiro	32
Motoristas	33
Campeiro	34
Não Relatada	58
Serviços Gerais	67
TOTAL	390

Tabela 01: Profissão dos Autores e o Número de Casos correspondentes.

Fonte: Pesquisa de Campo – DEAM – Jardim – MS

Org: Nunes, 2011.

A mulher vítima de violência é encaminhada pela DEAM, pelo juizado ou por qualquer órgão competente para os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS Idoso/ Mulher), responsável pelo atendimento especializado apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias com idosos e/ou mulheres em situação de ameaça ou violação de seus direitos. Tem como ação desenvolver ações preventivas; acolher denúncias de violência e executar ações em rede de forma a assegurar a promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa e da mulher. As denúncias são colhidas por telefone, encaminhamentos de outras instituições e atendimento presencial. O CREAS oferta atendimento especializado desenvolvido por uma equipe multiprofissional onde as denúncias serão averiguadas e as violências imediatamente acompanhadas por equipes que se deslocam em busca de informações e apoio (Foto 03).



Foto 02: Centro de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).
Fonte: NUNES, 2011.

Os serviços do CREAS devem funcionar em perfeita sintonia com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares e outras Organizações de Defesa de Direitos além dos serviços socioassistenciais e outras políticas sociais com a finalidade de estruturar uma rede efetiva de proteção social. Em Jardim – MS o CREAS localiza-se na Rua Coronel Camisão, 1358 – Centro sob a coordenação da professora Maria Rita Zamora e conta com 2 Assistentes Sociais, 01 Psicóloga, 2 Educadoras Sociais, 1 Recepcionista, 1 Motorista e 1 Auxiliar de Serviços Gerais. O atendimento é realizado com trabalhos direcionado às vítimas de direitos violados (idoso, crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, mulheres, etc), assim como os membros da família tentando recriar os laços afetivos que foram rompidos.

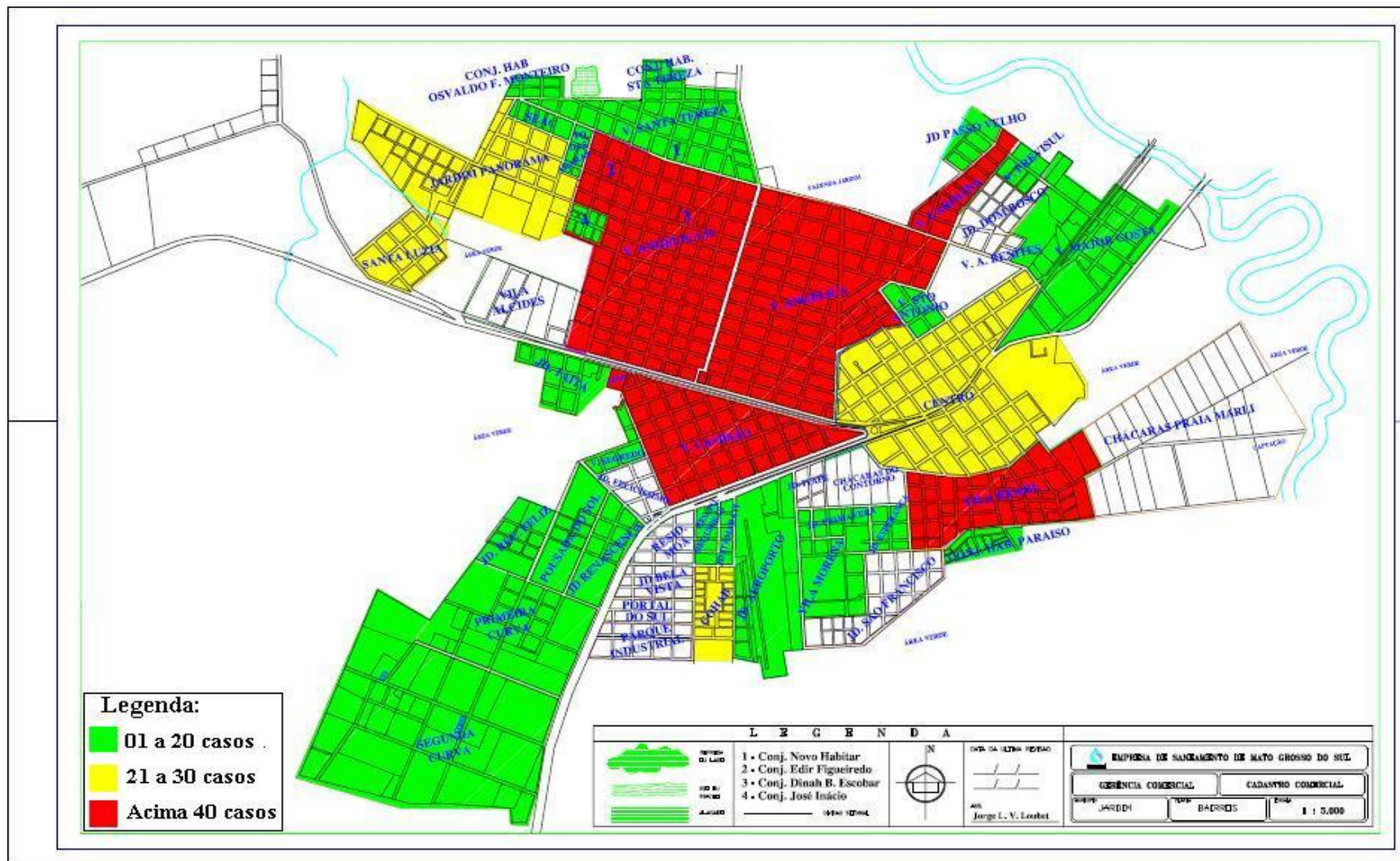


Figura 04: Espacialização dos casos de Violência Doméstica em Jardim – MS de acordo com o Número de Ocorrências.

Fonte: SANESUL – Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul.

Org: NUNES, 2011.

Como já foi mencionado anteriormente, vale ressaltar que a questão da violência doméstica passou ao longo dos anos a ser tratada como um problema de saúde pública, devido os problemas de saúde que a mulher passa a enfrentar após uma violência sofrida, que vão desde um estresse pós-traumático, DST's, gravidez indesejada até seqüelas com danos irreversíveis quando à violência ultrapassa a barreira do psicológico e chega às vias de fato. Nesse sentido uma vez espacializada esta violência e identificado os espaços mais violentos no município de Jardim – MS torna-se mais fácil a criação de políticas públicas voltadas para o reconhecimento e enfrentamento da questão, possibilitando aos “Postos de Saúde” a criação de campanhas de conscientização da mulher frente à necessidade de reconhecimento das formas de reagir aos maus tratos que colocam sua vida em risco além do monitoramento das vítimas em relação à saúde da mulher.¹⁸ Cabe aos hospitais e postos de saúde a orientação e acompanhamento a esta mulher vítima de violência devido a não obrigatoriedade em registrar o B. O, nesse sentido imaginamos o número de casos que deixam de ser registrados uma vez que estes órgãos ainda não trabalham em parceria, estabelecendo assim uma rede de atendimento. De acordo com os levantamentos realizados observamos que de cada 10 mulheres vítimas de violência, somente 4 realizam queixa formal na delegacia, no entanto em algum momento acabam desistindo e retirando a queixa devidos aos fatores já mencionados como a dependência financeira por exemplo. Este dado nos revela que somente o fato da vítima registrar o B. O. na DEAM não implica necessariamente em punição ao agressor, pois os casos serão averiguados e investigados, somente quando há risco iminente de morte à vítima que o juizado pode requerer a prisão ou afastamento da vítima e dos filhos.

Nesse sentido este mapeamento foi classificado em cores para diferenciar os setores de acordo com o grau de incidência dos casos, servindo como um parâmetro para que as políticas públicas sejam aplicadas de forma correta e eficaz. Assim de acordo com a regionalização criada por nós, existem divergências como consequência de extremos, desse modo alguns bairros com grande concentração de casos podem estar muito próximos dos bairros com média e pouca ocorrência caracterizando assim as regiões que merecem uma maior atenção e estratégias mais eficazes na prevenção e combate à violência (Tabela 02)

¹⁸ Programa que garante assistência à mulher em todas as fases da vida, clínica ginecológica, no campo da reprodução (planejamento reprodutivo, gestação, parto e puerpério), como nos casos de doenças crônicas ou agudas.

Bairros relacionados ao número de crimes de acordo com os B. O's.	
Parque das Orquídeas	01
Santo Antônio	01
São Miguel	01
Jardim Esperança	02
Jardim Itamarati	02
Jardim Recanto Feliz	02
Passo do Velho	02
Cohab Paraíso	03
Vila Segredo	03
Jardim Renascença	04
Conjunto Novo Habitar	05
Jardim Primavera	05
Vila Cachoeirinha	05
Jardim Taitá	06
Parque do Sol	06
Vila Morena	06
Previsul	07
Vila Major Costa	08
Parque das Araras	09
Jardim Aeroporto	10
Vila CEAC	10
Vila Osvaldo Monteiro	17
Vila Santa Tereza	19
Vila Santa Luzia	26
Cohab Aeroporto	29
Centro	31
Vila Panorama	33
Vila Camisão	43
Vila Carolina	45
Vila Angélica II	47
Vila Brasil	55
Vila Angélica I	149

Tabela 02: Bairros relacionados ao número de crimes de acordo com os B. O's.

Fonte: Pesquisa de campo DEAM – Jardim – MS

Org: NUNES, 2011.

Os bairros classificados com a cor verde (entre 01 a 20 casos) Jardim Aeroporto, Vila Santa Tereza, Jardim Taitá, Vila CEAC, Jardim Esperança, Previsul, Jardim Recanto Feliz, Conjunto Novo Habitar, Vila Major Costa, Parque do Sol, Vila Morena, Parque das Araras, Jardim renascença, Vila Santo Antônio, Vila Cachoeirinha, Passo Velho, Vila São Miguel, Parque das Orquídeas, Vila Segredo, Jardim primavera, Jardim Itamarati respectivamente. Esta classificação tem a finalidade de alertar sobre a necessidade de orientação às vítimas e políticas voltadas à educação de jovens e adolescentes como medida preventiva. Os bairros classificados na cor amarela (entre 21 a 39 casos) são Vila Santa Luzia, Cohab Aeroporto, Vila Panorama e Centro, estas localidade necessitam de uma maior atenção uma vez que os casos apresentam números mais expressivos. Já os bairros classificados com a

cor vermelha (acima de 40 casos) são Vila Camisão, Vila Angélica I, Vila Angélica II, Vila Brasil e Vila Carolina. São bairros periféricos que apresentam números elevados de casos e necessitam de um olhar mais crítico por parte das autoridades além de campanhas e políticas públicas voltadas para conscientização da não violência contra a mulher (Mapa 03).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os dados levantados podemos perceber que no município de Jardim – MS os casos de violência doméstica são bastante expressivos e a mulher enquanto vítima na maioria dos casos acaba perdendo o agressor por uma série de fatores que envolvem a dependência financeira, o medo da recriminação da sociedade, da família, a baixa auto-estima.

Os dados nos revelaram que grande parte das mulheres sofrem agressões severas e que agüentam caladas por longos períodos com medo do que lhes podem acontecer, ou ainda por uma “aceitação” de que isso é normal. As políticas públicas existentes ainda são poucas e ineficazes uma vez que estas mulheres preferem permanecer sofrendo maus tratos à encarar de frente o problema.

Como podemos observar, os casos de violência doméstica ocorrem em bairros periféricos, os quais concentram e desempenham o papel de áreas destinadas à moradia, e por isso entre outros problemas a violência doméstica, bem como a exclusão social se tornam mais visíveis e rotineiros; por isso não é possível afirmar ou classificar tais regiões como mais violentas. Mas quanto ao período analisado e aos registros consultados na DEAM a pesquisa nos revelou que há concentração de casos de violência nos espaços de moradia, enquanto que no centro da cidade, composto por espaços com predominância de atividades comerciais há menor incidência quanto ao local/endereço de agressões contra mulheres.

De acordo com os dados levantados, observamos que os perfis dos agressores são caracterizados em sua maioria como prestadores de serviços, estudantes, desempregados, enfim pessoas de pouca instrução. Outro elemento que se apresenta com frequência nos relatos dizem respeito ao uso de bebidas alcoólicas, contribuindo assim para justificar a agressividade, que se destacam por serem agressões físicas, que estão presentes em 47,17% dos relatos dos B.O.s. Nesse sentido, a elaboração de políticas públicas voltadas à conscientização da mulher quanto a não aceitação da violência doméstica torna-se algo relevante que merecendo maior atenção e cuidado dos órgãos competentes. Os meses de maior incidência de casos configuram os períodos festivos no município relacionados ao carnaval e férias respectivamente nos levando novamente à relacionar o uso de bebida alcoólica como fator preponderante nestes períodos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÂNGULO-TUESTA, Antonia de Jesús. **Gênero e violência no âmbito doméstico: a perspectiva dos profissionais de saúde.** Dissertação de Mestrado. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro, Setembro/1997. Disponível em: <http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd26/fulltexts/0396.pdf>.

BARATA, Susana de Almeida; PEIXOTO, Paulo. **Violência Urbana.** Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra. Coimbra, Dezembro de 2008. Disponível em: <http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2008027.pdf>.

BARBOSA, Rita de Cássia Bento. **Programa Estadual de Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher.** Estado de Mato Grosso do Sul. Disponível em: [http://www.eaesp.fgvsp.br/subportais/ceapg/Acervo%20Virtual/Cadernos/Experi%C3%AAs/2004/017programa estadual de prevencao e combate a violencia contra a mulher.pdf](http://www.eaesp.fgvsp.br/subportais/ceapg/Acervo%20Virtual/Cadernos/Experi%C3%AAs/2004/017programa%20estadual%20de%20prevencao%20e%20combate%20a%20violencia%20contra%20a%20mulher.pdf)

BLAY, Eva Alterman. **Violência contra a mulher e políticas públicas.** Estudos Avançados, 17 (49), 2003. 87-98 p. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18398.pdf>.

BOSELLI, Giane C. **Instituições, gênero e violência.** Um estudo da Delegacia da Mulher e do Juizado Criminal, 2003. Dissertação – (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP.

CARMO, Perla Cristina da Costa Santos do; MOURA, Fernanda Gomes de Andrade de. **Violência Doméstica: a difícil decisão de romper ou não com esse ciclo.** Fazendo Gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 23 a 26 de agosto de 2010. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278278656_ARQUIVO_VIOLENCIA DOMESTICAADIFICILDECISAODEROMPEROUNAOCOMESSECICLO.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278278656_ARQUIVO_VIOLENCIA_DOMESTICAADIFICILDECISAODEROMPEROUNAOCOMESSECICLO.pdf).

Cartilha Lei Maria da Penha & Direitos da Mulher. Organização: Ministério Público Federal / Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC). Brasília, 2011. Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/portlets/banners-1/pgr_cartilha-maria-da-penha_miolo.pdf.

DESLANDES, Suely F.; GOMES, Romeu; SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos da. **Caracterização dos casos de violência doméstica contra a mulher atendidos em dois hospitais públicos do Rio de Janeiro.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 16(1):129-137, jan-mar, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/csp/v16n1/1571.pdf>.

DIEESE – Departamento Intersindical de estatística e estudos sócio-econômicos. **Anuário das Mulheres Brasileiras.** São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/anu/anuarioMulheresBrasileiras2011.pdf>.

GROSSI, Patrícia Krieger; TAVARES, Fabrício André; OLIVEIRA, Simone Barros de. **A rede de proteção à mulher em situação de violência doméstica: avanços e desafios.** Athenea Digital, 2008, núm. 14, p. 267-280. Disponível em: <http://www.raco.cat/index.php/Athenea/article/viewFile/120298/164311>.

Guia de procedimentos para o Atendimento a mulheres em situação de violência nos centros de Referência de atendimento à mulher e nos centros de Cidadania da Mulher. Prefeitura de São Paulo. Coordenadoria da Mulher. Disponível em: http://telecentros.sp.gov.br/img/arquivos/Guia_de_Procedimentos_web.pdf.

História das Mulheres no Brasil. Mary Del Priore (org), Carla Bassanezzi (coord textos), 7 ed. São Paulo. Contexto, 2004.

KRONBAUER, José Gerando Dresch; MENEGHEL, Stela Nazareth. **Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro.** Programa de Pós-Graduação de Ciências da Saúde. Universidade Vale dos Sinos. São Leopoldo, RS, 2005. 695-701 p. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n5/26287.pdf>.

LIMA, Maria Luiza Carvalho de. **A trajetória dos homicídios no estado de Pernambuco: uma abordagem epidemiológica nas duas últimas décadas do século XX.** Tese de Doutorado. Recife; [s.n.]; Abril de 2003. 104p. Disponível em: <http://teses.iciet.fiocruz.br/pdf/limamlcd.pdf>.

MASSULA, Letícia. **A violência e o acesso das mulheres à justiça:** o caminho das pedras ou as pedras do (no) caminho. Disponível em: <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/leticiapdf.pdf>.

MELGAÇO, Lucas de Melo. **A Geografia do Atrito:** Dialética espacial e violência em Campinas – SP. Universidade de SP - USP. Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. São Paulo, 2005.

MELO, Hildete Pereira de. **Gênero e Pobreza no Brasil.** Relatório Final do Projeto Governabilidad Democrática de Género en América Latina y el Caribe. Brasília, 2005. 47 p. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BCB0B9B4B1EBA/GGeneroPobreza_Brasil04.pdf.

Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado. Pesquisa de Opinião Pública. Agosto de 2010. Fundação Perseu Abramo, 2010.

PELUSO, Marília Luiza. **O indivíduo como sujeito de conflitos** sociais: identidade e território. Universidade de Brasília. Espaço & Geografia, Vol. 8, N.º 1, 2005, p. 23-50. Disponível em: <http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/41/40>.

SANTOS, Márcia Andréia Ferreira; RAMIRES, Julio Cesar de Lima. **Espaço Urbano e Violência:** uma contribuição geográfica. Instituto de Geografia. Programa de Pós-graduação em Geografia. Caminhos de Geografia Uberlândia v. 10, n. 30. Mar/2009. p. 144-154. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/10630/6321>.

SANTOS, Cecília MacDowell; Izumino, Wânia Pasinato. **Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero:** Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. Artigo publicado na revista E.I.A.L. Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe, da Universidade de Tel Aviv, em 2005. Disponível em: <http://www.nevusp.org/downloads/down083.pdf>.

SANTOS, Shirlei Schwartzaupt dos; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. **Violência de Gênero e Políticas Públicas** - Complexidade Simbólica e Mecanismos Institucionais de Enfrentamento do Problema. V Mostra de Pesquisa de Pós-graduação. PUCRS, 2010. 161-3 p. Disponível em: http://www.pucrs.br/edipucrs/Vmostra/V_MOSTRA_PDF/Ciencias_Criminais/83342-SHIRLEI_SCHWARTZHAUPT_DOS_SANTOS.pdf.

SCARDUELI, Márcia Cristiane Nunes. **A Representação da Delegacia da Mulher para Policiais Civis da 19ª Região Policial Catarinense**. Dissertação Mestrado. Tubarão, 2006. 210 p. Disponível em: http://busca.unisul.br/pdf/89828_Marcia.pdf.

SCHRAIBER, Lilia Blima; d'OLIVEIRA, Ana Flávia P.L.; FRANÇA-JUNIOR, Ivan; PINHO, Adriana A. **Violência contra a mulher**: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. Rev. Saúde Pública. Universidade de São Paulo, SP. 2002; 36 (4): 470-7. Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/rsp/v36n4/11766.pdf>.

SOARES, Bárbara M. **Enfrentado a violência contra a mulher**. Orientações Práticas para Profissionais e voluntários. Secretaria Especial de políticas Públicas para as Mulheres. Brasília, 2005. 63 p. Disponível em: <http://www.lacobranco.org.br/admin/biblioteca/arquivos/20071004143500.pdf>.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2002.

Violência faz mal à saúde. Cláudia de Lima (Coord) *et al.* Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 298 p.: Il. Color. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/06_0315_M.pdf

II Encontro Nacional de Produtores e usuários de informações sociais, econômicas e territoriais. IBGE. Rio de Janeiro, 21 a 25 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/confest_e_confega/index2.htm.

<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2011/06/05/mulheres-prometem-obediencia-incondicional-aos-maridos-na-malasia.jhtm>, acesso em 12/10/2011.

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1717&id_pagina=1, acesso em 17/10/2011.

<http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/cap5.pdf>, acesso em 30/09/2011.

<http://www.douradosnews.com.br/brasil-mundo/numero-de-aco-es-por-violencia-domestica-aumenta-no-stj>, 19/09/2011

